U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Representação e Manifestação da Competência de Ajuizamento em Árbitros de Andebol Portugueses

Dissertação apresentada com vista à obtenção do 2º ciclo em Treino de Alto Rendimento Desportivo ao abrigo do Decreto de Lei nº 74/2006 de 24 de Março

Orientadora: Prof.ª Doutora Luísa Estriga

Co-orientadora: Prof.ª Doutora Paula Batista

Alexandre Manuel Castro de Melo

Setembro 2010

Melo, A. (2010) Representação e Manifestação da Competência de Ajuizamento em Árbitros de Andebol Portugueses. Porto: A. Melo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL, ÁRBITROS, COMPETÊNCIA, TOMADA DE DECISÃO, ERRO

Agradecimentos

À Doutora Luísa Estriga pela sua ajuda, disponibilidade, profissionalismo e paciência.

À Doutora Paula Batista pela sua ajuda, disponibilidade e profissionalismo.

Ao Mestre António Cunha pela sua disponibilidade e ajuda.

Ao Doutor Pedro Sequeira pela disponibilidade e ajuda.

Ao Sr. António Goulão pela sua disponibilidade e simpatia.

Ao meu amigo Jorge Costa pelas horas de esforço mútuo e paciência.

Ao Professor António Barros pela ajuda e disponibilidade.

À Cristina, às minhas filhas Carlota e Leonor pelo ano exigente que passaram e por cada vez mais sermos uma família unida.

Aos meus Pais e Sogros pelo apoio incondicional.

Ao primo Pedro pela ajuda.

À restante família e amigos o meu muito obrigado.

Este estudo foi desenvolvido em conformidade com o protocolo existente entre a Federação de Andebol de Portugal e a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Índice

Agradecimentos III

Índice de Imagens e Quadros IX

Índice de Gráficos XI

Resumo Geral XIII

Abstract XV

Lista de Abreviaturas XVII

Capítulo I – Introdução Geral 1

Introdução Geral 3

Capítulo II – Representação da competência dos árbitros de não elite de andebol 5

Resumo 7

Abstract 9

2.1 Introdução 11

2.2 Material e Métodos 13

2.2.1 Amostra 13

2.2.2 Instrumento 13

2.2.3 Procedimentos de Aplicação 14

2.2.4 Procedimentos de Análise 14

2.3 Resultados 17

2.3.1 Fontes de Conhecimento 17

2.3.1.1 Vivências Desportivas 17

2.3.1.2 Formação Especializada 17

2.3.1.3 Formação e Actualização 17

2.3.2 Representação de Competência 18

2.3.2.1 Características 18

2.3.2.2 Valorização das Dimensões da Competência 18

2.3.2.3 Auto-Análise do Desempenho 19

2.3.2.4 Árbitro de Elite *vs* Árbitro Regional 20

2.3.3 Percepção de dificuldade de ajuizamento 20

2.3.3.1 Ajuizamento 20

2.3.3.2 Contexto de Jogo 21

2.3.3.3 Preparação para os Jogos 22

2.4 Discussão 23

2.5 Conclusões 29

Capítulo III – Tomada de Decisão dos Árbitros de Elite de Andebol em Situação de Competição 31

Resumo 33

Abstract 35

3.1 Introdução 37

3.2 Metodologia 39

3.2.1 Participantes 39

3.2.2 Instrumento 39

3.2.3 Procedimentos de Aplicação 40

3.2.4 Procedimentos de Análise 41

3.3 Resultados e Discussão 43

3.3.1 Frequência da Tipologia das Ocorrências e Número Médio de Eventos 43

3.3.2 Intervenções Incorrectas 46

3.3.3 Distribuição de Erros por Ausência de Intervenção 50

3.3.4 Zonas do Campo onde ocorrem os Erros 51

3.4 Conclusões 53

Capítulo IV – Considerações Finais 55

4.1 Considerações Finais 57

Capítulo V – Bibliografia 59

Anexos – Questionário – Perfil do Árbitro de Andebol Português 67

Índice de imagens

Imagem 3.1 Campograma 52

Índice de quadros

Quadro 2.1 Dificuldades de ajuizamento em situação de jogo 21

Quadro 2.2 Contexto de jogo 22

Quadro 2.3 Preparação para os jogos 22

Quadro 3.1 Tomadas de decisão do árbitro num jogo de andebol 40

Quadro 3.2 Acordos intra e inter-observadores 42

Quadro 3.3 Grau de acerto dos árbitros 47

Índice de gráficos

Gráfico 2.1	Dimensões centrais da competência	19
Gráfico 2.2	Meios utilizados para análise do desempenho	20
Gráfico 3.1	Frequência da tipologia de ocorrências	43
Gráfico 3.2	Distribuição de ocorrências ao longo do tempo	45
Gráfico 3.3	Distribuição do número de eventos ao longo do tempo	46
Gráfico 3.4	Intervenções incorrectas	48
Gráfico 3.5	Diferença de golos/fracção de erros	49
Gráfico 3.6	Número de eventos/erros	50
Gráfico 3.7	Distribuição de erros por ausência de intervenção	51

Resumo geral

O árbitro, enquanto elemento detentor do poder decisório no ajuizamento das acções e condutas de jogo, assume-se como uma figura de sobeja importância num espectáculo desportivo. Deste modo, a necessidade da imparcialidade e da coerência de actuação com as regras de jogo são competências que lhe são exigidas, sendo que importa perceber melhor o modo como este pensa e age em campo. Assim, o presente estudo tem como propósito central caracterizar e analisar a manifestação da competência de ajuizamento do árbitro português de andebol em situação de competição. Para tal foram efectuados dois estudos distintos mas relacionados entre si. No primeiro estudo, de carácter exploratório, participaram 46 árbitros e o objectivo foi identificar o modo como os árbitros portugueses de andebol, pertencentes à não elite, entendem competência e percepcionam o seu desempenho. No segundo pretendeu-se medir a expressão do erro na tomada de decisão dos árbitros de andebol de elite portugueses, em contexto real de actuação, participaram 4 duplas de árbitros e o objectivo foi detectar a expressão do erro na tomada de decisão em competição. No primeiro estudo foi aplicado um inquérito por questionário. Os resultados indicam que os árbitros percepcionam como sendo característica principal de um árbitro competente, "o ser imparcial". Percepcionam também ter mais dificuldade em ajuizar "Passos", "Jogo Passivo" e a "Falta Atacante". De salientar que nomeiam "jogos decisivos, más experiências anteriores e importância da competição" como sendo factores que podem influenciar a decisão. No segundo estudo foram registados em vídeo 6 jogos do Campeonato Nacional da 1ª Divisão Portuguesa, relativos a 4 duplas de árbitros de elite, tendo sido contabilizadas as intervenções e omissões, adequadas e desadequadas para cada situação considerada. Os resultados indicam uma percentagem de acerto na tomada de decisão de 76%, sendo que o maior número de erros de ajuizamento se registou nas situações de 9m, na lei da vantagem, nos 2min, nos 7m e no lançamento de reposição.

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL, ÁRBITROS, COMPETÊNCIA, TOMADA DE DECISÂO, ERRO.

Abstract

The referee, as the element that possesses the power of judging actions and matches behaviours, has the responsibility of being a person of great importance in a sporting event. Thus, the need of impartiality and coherent action with the rules of the matches are skills that are demanded from him, and it's important to know how a referee acts and thinks in the pitch. The aim of this study is to characterize and evaluate the performance manifestation in competition of the Portuguese Handball Referees.

In this field two distinct but related studies were made. The first one, of exploratory character, involving 46 referees, tried to find out how the Portuguese Handball non elite referees understand and perceive their performance. The second one tried to measure the decision making error expression of the Portuguese Handball elite referees, in real context, 4 teams of referees participated and the purpose was to detect in competition the error expression in decision making. As far as instruments are concerned, in the first study a questionnaire was applied. The results show that referees believe that "being impartial" is the main characteristic to be competent, they also think that what is more difficult is judging "steps", "passive play" and "offensive foul". Referees consider "decisive games, previous bad experiences and competition importance" to be factors that may influence decision making.

On the second study, 6 national first division matches were videotaped, referring to four elite referee teams, the interventions and omissions were counted, right or wrong for each considered situation. Results show that 76% Handball referees decisions were accurate. The results demonstrated a higher number of decision making errors by the referees in 9m faults sanction, advantage rule, 2 min, 7m and reposition throw.

KEYWORDS: HANDBALL, REFEREE, COMPETENCE, DECISION MAKING, ERROR

Lista de abreviaturas

ANE	Árbitros não elite
C.	Condição
EHF	European Handball Federation
ex.	exemplo
FADEUP	Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
FAP	Federação de Andebol de Portugal
IHF	International Handball Federation
min	minutos
n	amostragem
n.º	número
n.º 1	número um
n.º 2	número dois
n.º 3	número três
n.º 4	número quatro
Obs.	Observação
pág.	página
PFA	Plan de Formación Arbitral
P1	Perito em andebol
P2	Perito em arbitragem
PO1	Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Andebol de Seniores Masculinos.
RTP2	Radiotelevisão Portuguesa, Canal 2
s.d.	sem data
2 min	Exclusão (dois minutos)
7m	Livre de sete metros
9m	Livre de nove metros

Capítulo I - Introdução Geral

Introdução geral

O Andebol é uma modalidade relativamente recente, sendo considerada pelos povos do Velho Continente uma das modalidades mais atractivas. O seu aparecimento remonta à segunda década do séc. XX, tendo-se tornado modalidade olímpica em Munique, em 1972.

A Federação Internacional de Andebol (IHF), entidade que tutela a modalidade, foi fundada em 1946 e no ano de 2009 já contabilizava 166 federações filiadas oriundas de 183 países, perfazendo um total de 19 milhões de jogadores e 795 mil equipas em todo o mundo (IHF 2010; www.ihf.inf).

No sentido de tornar o jogo de andebol ainda mais atractivo para os espectadores, os organismos que tutelam a modalidade têm procedido a várias alterações nas regras. Com efeito, assiste-se hoje a um jogo mais rápido, mais dinâmico e menos violento. De entre os vários intervenientes num jogo de andebol, o árbitro surge como uma figura de destaque, assumindo, também ele, um papel importante no desenvolvimento da modalidade.

A atribuição do fracasso desportivo tende a ser atribuído a factores exteriores, nomeadamente ao desempenho do árbitro, até porque a tomada de decisão envolve critérios imbuídos em alguma subjectividade. Neste sentido, acredita-se que as alterações recentes às regras e os esclarecimentos sistemáticos produzidos neste âmbito se relacionam, em parte, com a tentativa de reduzir o nível de subjectividade de interpretação e aplicação das regras de jogo. Exemplo disso é a alteração introduzida na regra de jogo passivo. É inquestionável que quanto mais objectivos forem os critérios de julgamento menor será a probabilidade de existirem avaliações divergentes para situações/comportamentos similares. Contudo, as alterações às regras, também visaram mudar o modelo de jogo, tornando-o, fundamentalmente, mais rápido.

Tomando em consideração este contexto de mudança, associado ao facto de a investigação no Desporto ter vindo a aumentar, o foco central continua no entanto a ser os jogadores (Johnson, 2006) e os treinadores e a problemática dos árbitros/juízes permanece negligenciada (Philippe *et al.*,

2009), sendo, por isso, urgente e necessário estudar esta temática. Só assim será possível aportar um entendimento mais aprofundado acerca do modo como o árbitro entende a competência e como a manifesta em acção.

Outra figura que emerge neste quadro é a do observador, cuja responsabilidade é analisar e avaliar o desempenho do árbitro. No exercício desta função um dos problemas nucleares reporta-se ao entendimento do que é um bom ou mau desempenho de um árbitro, ou ainda o que é um árbitro competente e como é que isso se avalia! Na literatura, as respostas a estas questões estão ainda por responder, sendo que os estudos efectuados tendem a ser de natureza técnica, baseados na opinião de individualidades da arbitragem.

Deste modo, neste estudo procurou-se captar o entendimento que o árbitro de andebol português tem de competência, bem como o modo como esta se manifesta em situação de competição.

Para concretizar este propósito foram desenvolvidos dois estudos, sendo que no capítulo II é apresentado o primeiro estudo subordinado à temática "Representação da competência dos árbitros de não elite de andebol". Nesta pesquisa procurou-se identificar o modo como os Árbitros de Andebol Portugueses, pertencentes à não elite, entendem competência e percepcionam o seu desempenho. O estudo 2 versou as questões da tomada decisão de árbitros de andebol de elite em situação de competição, sendo que o objectivo foi detectar a expressão do erro na tomada de decisão na situação de jogo (competição). Cada um destes estudos é apresentado de forma independente, sendo apresentado no final um ponto de considerações finais que congregam os principais resultados obtidos nos dois estudos, bem como indicam possibilidades de investigações futuras. A bibliografia apresentada agrega igualmente todos os trabalhos consultados para a realização desta dissertação. Importa ainda referir que na parte dos anexos são apresentados elementos concernentes ao 1º estudo.

Capítulo II - Representação da competência dos árbitros de não elite de andebol

Resumo

O propósito deste estudo foi identificar o modo como os Árbitros portugueses de Andebol pertencentes à não elite entendem competência e percepcionam o seu desempenho. Este estudo é de natureza exploratória e transversal. Para efectuar esta investigação foi aplicado um inquérito por questionário a um grupo de árbitros não elite (n=46) com média de idade de 31 ±12 anos.

O instrumento de estudo foi estruturado em quatro partes: a) dados caracterizacionais, b) fontes de conhecimento, c) representação da competência e d) percepção da actuação como árbitro. Para o tratamento dos dados recorreu-se a medidas descritivas básicas para as questões fechadas e para as abertas utilizaram-se procedimentos de análise de conteúdo. Os resultados indicam que os árbitros percepcionam que o "ser imparcial" é a característica principal de um árbitro competente, dando particular importância ao comportamento ético. Os sujeitos referem que fazem auto-análise do seu desempenho, sendo que o instrumento utilizado é o vídeo. Já no que concerne ao modo de diferenciação dos árbitros por categorias, estes indicam a "experiência" como a característica principal a ter em conta. Ao nível das situações que lhes colocam mais dificuldades de ajuizamento estes referem os "passos", o "jogo passivo" e a "falta atacante". Nomeiam os "jogos decisivos, as más experiências anteriores e a importância da competição" como sendo factores que podem influenciar a tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL, ÁRBITROS, COMPETÊNCIA, DESEMPENHO, AJUIZAMENTO

Abstract

The aim of this study was to identify the perception of Portuguese Handball referees belonging to non elite referees about competence and their performance. This is an exploratory and transversal study. A questionnaire was applied to a group of non elite referees (n=46) with an average of 31 ±12 years of age. The study was divided in four parts: a) characterization data, b) sources of knowledge, c) competence representation and d) performance perception as referee. To treat the data, basic descriptive measures were used for closed questions and for the open ones, procedures of content analysis were used. The results show that referees consider “being impartial” as the main characteristic of a competent referee, giving special emphasis to ethical behaviour. The individuals say that they practice self-analysis of their performance using video footages. In what concerns the way referees are positioned in different levels, these show that “experience” is the main feature to take into account. The most problematic situations they refer are “steps”, “passive play” and “offensive foul”. Referees refer “decisive games, previous bad experiences and competition importance” as the factors that may influence decision making.

KEYWORDS: HANDBALL, REFEREE, COMPETENCE, PERFORMANCE, JUDGING

2.1 Introdução

Desde o final do século passado até início deste, o desporto em geral tem vindo a sofrer várias alterações. Para Roman Seco (2007b), o desporto moderno evoluiu de forma acelerada num contexto "supra desportivo" na linha das exigências do espectáculo, sendo que estas alterações reclamam por adaptações distintas dos vários agentes desportivos, incluindo os árbitros.

No caso particular do Andebol, desde 1992 as regras têm sofrido várias alterações com o intuito de tornar o jogo mais rápido, mais atractivo e mais espectacular. As mudanças regulamentares visaram elevar a exigência e o rigor na aplicação das sanções progressivas e desqualificações directas (Roman Seco, 2007a). Estas mudanças implicaram uma readaptação por parte de quem tem a responsabilidade de as fazer cumprir. Deste modo, os árbitros tem como missão garantir a equidade e a boa aplicação das regras de jogo e, por consequência, disciplinar a conduta dos atletas em actividade (Conselho de arbitragem da Federação de Andebol de Portugal - FAP, art.º 9, ponto1).

Craven (1998) afirma que os árbitros são regularmente focados pelos *media* quando as suas decisões influenciam o desenrolar dos jogos e as competições. Assim, é relativamente frequente nos mais variados contextos observar-se uma certa intolerância no que respeita ao desempenho dos árbitros.

Mas o que é ser competente? Para Batista *et al.* (2007), o conceito de competência é um conceito complexo, relacional, holístico e integrativo; a competência é situacional, ocorre na acção, não sendo directamente observável; relaciona-se com o êxito mas não se confunde com o desempenho concreto. Deste modo é perceptível que não é fácil caracterizar um profissional competente. No contexto da arbitragem e para Simmons (2007), é expectável que um árbitro seja uma pessoa competente capaz de ajuizar de forma adequada em termos físicos, mentais e de honestidade. De acordo com Cheetham et Chivers (2001), a maioria da aprendizagem requerida para atingir uma elevada competência profissional, tem lugar depois da completa formação inicial prevista para enveredar na profissão. O que nos leva a deduzir que é através da prática e da experiência que se atingirá uma elevada competência.

Num estudo realizado por Eraut (2004), acerca da aprendizagem informal, verificou-se que a maioria da aprendizagem ocorrida no local de trabalho é informal e envolve a combinação da aprendizagem com outras pessoas e com a experiência pessoal. Já no contexto do Futebol, Folkesson *et al.*, (2002) verificaram que os árbitros mais jovens, entenda-se menos experientes, estão mais expostos à ameaça e à agressão. Noutro estudo, realizado por Krueger (2008) acerca do ajuizamento na luta observaram-se diferenças significativas entre a decisão de juízes inexperientes e a de mais experientes.

Vários investigadores têm intensificado o interesse na arbitragem desportiva, nomeadamente psicólogos que têm vindo a desenvolver estudos em várias vertentes (Souchon *et al.*, 2009a), contudo os estudos continuam a ser escassos.

Face a este panorama de escassez da investigação na temática da arbitragem e o facto de em Portugal essa produção ser praticamente inexistente, assumimos como propósito central deste estudo identificar o modo como os árbitros de Andebol portugueses, não pertencentes à elite, percepcionam o seu desempenho e entendem competência.

Complementarmente procurou-se caracterizar a "figura" do árbitro recorrendo aos aspectos vivências desportivas, formação geral, formações especializadas e actualizações.

2.2 Material e métodos

2.2.1 Amostra

Participaram no presente estudo 46 Árbitros de Andebol Portugueses, de um universo provável de 112 árbitros, o que perfaz 41% da totalidade de árbitros "não elite" (ANE). Os sujeitos respondentes pertencem às seguintes categorias: Regionais (3), Nacional B (26), Nacional A (12), Grupo de Trabalho de Árbitros Jovens (2) e Grupo Nacional de Árbitros Jovens (3). A sua idade média é de 31 ±12 anos, sendo que o intervalo de variação é grande, um mínimo de 17 anos e um máximo de 61.

No que concerne ao nível de escolaridade, apenas 2 árbitros têm o ensino básico, 35 o ensino secundário e 9 o ensino superior (três bacharéis, cinco licenciados e um mestre).

Os principais motivos apresentados para optarem pela carreira de arbitragem foram o "gosto pela modalidade" (50%) e o "continuar ligado a ela" (37%), para além destes aspectos surgiu a "curiosidade" (11%) a "actividade de árbitro" e "socialização", cada uma com 9%.

2.2.2 Instrumento

Para a recolha dos dados utilizou-se um questionário, construído para o efeito, sendo que foi elaborado a partir de uma revisão da literatura dos artigos mais recentes sobre a arbitragem em geral e do Andebol em particular[1] (Anexo 1) e consulta de peritos das duas áreas implicadas, o andebol e a arbitragem[2]. O questionário está estruturado em 4 grandes componentes: a) dados caracterizacionais, b) fontes de conhecimento, c) representação de competência e d) percepção da actuação como árbitro.

---

[1] e.g. Souchon *et al*. (2004); Folkesson *et al.* 2002; Pedowitz *et al.* (2008); Cheetham and Chivers (1996, 2001); Frank & Gilovich (1988); Jones, Paull & Erskine (2002); Helsen & Bultynck (2004); Friman, Nyberg & Norlander (2004); Plessner & Betsch (2001) e Nevill *et al.* (2002).

[2] a) Docente Universitário na área do Andebol e ex-treinador de elite; b) Ex-árbitro com as insígnias da International Handball Federation.

No que diz respeito à validação de conteúdo, esta foi efectuada em 3 fases: numa primeira por dois peritos da modalidade (treinadores de Andebol de nível 3 da FAP, com 13 e 14 anos de experiência) que efectuaram o primeiro preenchimento. Na segunda, foi testado com três árbitros regionais, em formato papel, para detectar eventuais dificuldades de compreensão do conteúdo. Depois desta verificação procedeu-se à reformulação do questionário chegando-se a uma versão pré-final, e por último foi solicitado, via FAP, a dois árbitros nacionais B[3] e um ex-árbitro internacional que procedessem ao seu preenchimento para detectar ainda eventuais falhas de compreensão. Após esta fase procedeu-se à elaboração final do questionário.

2.2.3 Procedimentos de aplicação

O questionário foi colocado em rede, em formato electrónico, através da tecnologia do *Google Docs* de modo a tornar o processo de preenchimento e devolução mais célere, sendo que a FAP foi a instituição que serviu de intermediária. Paralelamente foram criadas contas *e-mail* particulares para todos os sujeitos (46). Todos os árbitros foram informados do propósito do estudo, sendo facultada a hiperligação de preenchimento ao responsável pelo Conselho de Arbitragem da FAP, garantiu-se deste modo todos os pressupostos de confidencialidade e de anonimato.

2.2.4 Procedimentos de análise

Após a submissão dos questionários, que decorreu durante o período de um mês, foi efectuada a exportação dos dados para uma base de dados *Excel,* tendo-se, de seguida, procedido à sua análise. Para analisar os dados oriundos das questões fechadas recorreu-se à estatística descritiva simples, já os dados resultantes das questões semi-abertas e abertas foram alvo de análise de conteúdo, admitindo os seguintes passos analíticos: listagem dos aspectos comuns por proximidade de conteúdo e semântica e construção da listagem final de "itens", que se constituíram como as categorias de análise. Finalmente

[3] Escalão de árbitro de menor dimensão a nível nacional. Abaixo destes existe uma categoria, árbitro regional. Acima destes, todas as outras, finalizando o topo da carreira em árbitro internacional.

aplicou-se um procedimento semelhante ao das questões fechadas, isto é, procedeu-se ao cálculo da frequência de cada uma das categorias identificadas.

2.3 Resultados

2.3.1 Fontes de conhecimento

Neste ponto procurou-se identificar o percurso do árbitro ao nível desportivo e da formação tanto na vertente geral como na especializada.

2.3.1.1 *Vivências desportivas*

A grande maioria dos árbitros foi praticante da modalidade (85%) por um período mínimo de cinco anos, sendo que dez árbitros foram treinadores de Andebol. É de referir ainda que 70% dos árbitros desempenham a sua função há cinco ou mais anos, sendo que oito interromperam a sua actividade pelo menos uma vez e sete exercem a actividade com a sua dupla há mais de 5 anos.

2.3.1.2 *Formação especializada*

Relativamente às vivências formativas de carácter geral, uma percentagem muito elevada de inquiridos (48%) refere que não se lembra da tipologia de formação que já frequentou. Os respondentes quando questionados acerca dos aspectos relevantes vivenciados ao nível das formações frequentadas, referem "a aprendizagem" (42%) como sendo o mais representativo. Importa ainda referir, que oito árbitros (17%) já foram prelectores, no entanto, mais de metade gostariam de o ser e apontaram como principais motivos a "partilha de conhecimentos" (30%) e o "gosto de ensinar" (22%).

Quando perscrutados acerca dos motivos para continuarem ligados à modalidade, os árbitros atribuem primazia ao "gosto pela modalidade" (59%), e quase a par surgem o "gosto pela actividade" (30%) e "concretização pessoal" (28%).

2.3.1.3 *Formação e actualização*

Quase a totalidade dos inquiridos (80%), ao se reportarem à formação, referem como principais motivos que os levam a procurar documentos sobre

arbitragem a obtenção de “esclarecimentos” (49%) e “informação” (30%). São ainda referidos pelos inquiridos como aspectos fundamentais para evolução de um árbitro, o “acompanhamento” (24%), as “oportunidades” (24%) e a “formação” (15%).

2.3.2 Representação de competência

Neste ponto procurou-se identificar quais as características que os respondentes associam ao exercício competente de um árbitro, bem como a valorização que estes atribuem a cada uma das dimensões que perfazem a competência. Complementarmente procurou-se identificar os meios que os árbitros utilizam na auto-análise do seu desempenho e quais as características que distinguem um árbitro de elite comparativamente a um regional.

2.3.2.1 *Características*

Os respondentes percepcionam como principais características de um árbitro competente o *“ser imparcial*” (24%), o *“cumprir as regras”* (22%) e o *“ser honesto e humilde”* (17%).

Os participantes quando questionados sobre o facto de possuírem um modelo de competência de árbitro, trinta e seis árbitros (78%) referiram ter um modelo de competência nacional, elencado da seguinte forma: árbitro n.º1[4] (33%), árbitro n.º2 (28%), árbitro n.º3 (14%) e árbitro n.º4 (11%). Como modelo internacional, são novamente referenciados os mesmos árbitros portugueses, sendo que apenas só foi citado um árbitro estrangeiro, que já não se encontra no activo.

2.3.2.2 *Valorização das dimensões da competência*

Os árbitros quando colocados perante as dimensões consideradas centrais à competência (Cheetham e Chivers, 1996), valorizam mais o “comportamento ético” (89%) logo seguido dos “conhecimentos” (87%) e

[4] Foi atribuído um número a cada árbitro com o intuito de garantir o anonimato dos visados.

“intervenção/ actuação” (83%). No Gráfico 2.1 fazem-se representar as respostas dos árbitros nas quais consideraram ser mais importante. Relativamente às “relações interpessoais” apenas metade dos árbitros acham que é muito importante (Gráfico 2.1). De referir que no Gráfico 2.1 apenas estão representadas as respostas dos árbitros do item muito importante.

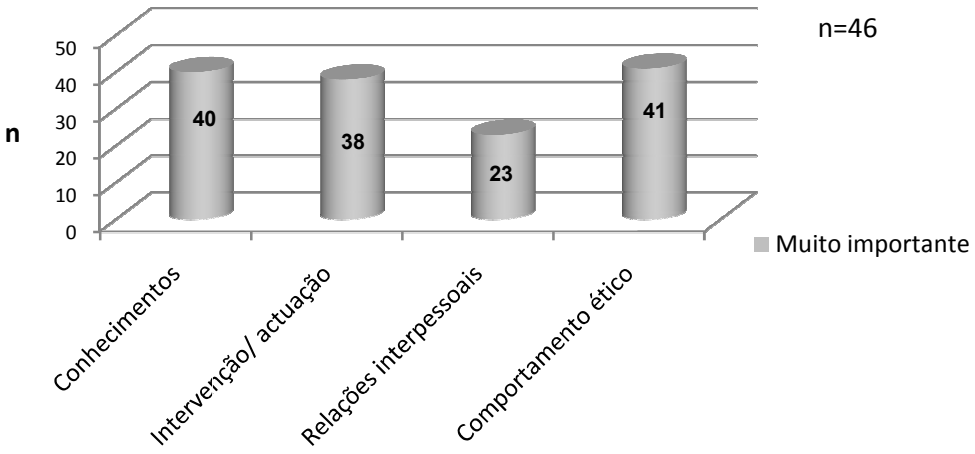

Gráfico 2.1 – Dimensões centrais da competência

2.3.2.3 *Auto-análise do desempenho*

A grande maioria dos árbitros (85%) refere que recorre à auto-análise do seu desempenho, sendo que o “vídeo” é o instrumento mais utilizado. São ainda referidos a “opinião de terceiros” e o “bloco de notas” como instrumentos utilizados para esta reflexão acerca do próprio desempenho (Gráfico 2.2).

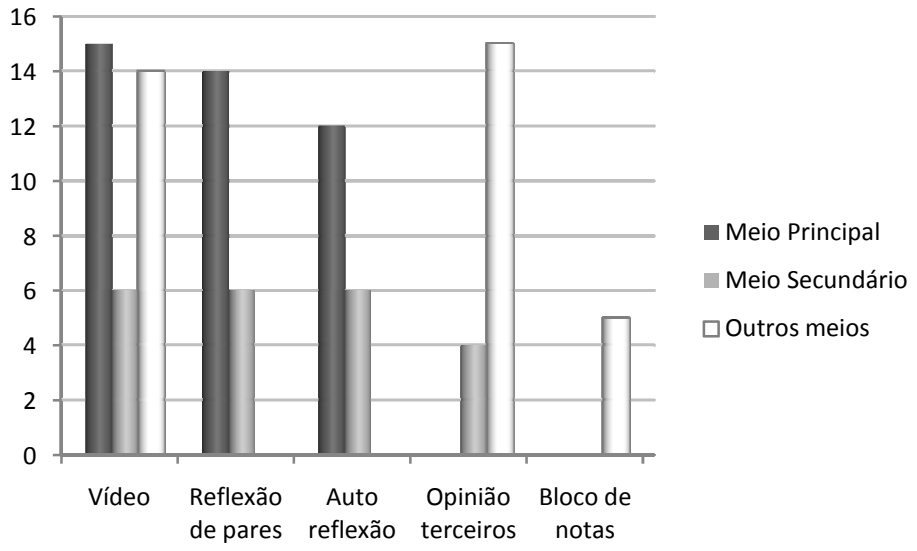

Gráfico 2.2 – Meios utilizados para análise do desempenho

2.3.2.4 Árbitro de elite vs árbitro regional

Os participantes quando questionados acerca das características que diferenciam os árbitros regionais dos de elite, elegem a "experiência" como factor chave (67%), seguida do "conhecimento" (20%). Acrescem a "postura", o "desempenho", o "lidar com a pressão", o "estatuto" e o "acompanhamento" mas com valores pouco relevantes (cada um com percentagem situada abaixo dos 10%).

2.3.3 Percepção de dificuldade de ajuizamento

Neste ponto procurou-se identificar a percepção de dificuldade de ajuizamento por parte dos árbitros, designadamente nos aspectos técnicos, disciplinares e de contexto de jogo. Pretendeu-se ainda identificar o que estes fazem para se preparem para os jogos.

2.3.3.1 *Ajuizamento*

Os árbitros apontam os "passos", o "jogo passivo" e a "falta atacante" como sendo as situações mais difíceis de ajuizar, sendo que consideram as

restantes situações (enumeradas no Quadro 2.1) de fácil ou muito fácil ajuizamento (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 - Dificuldades de ajuizamento em situação de jogo

	1	2	3	4	5	Média
Passos (rule 7:3)	4 (8%)	9 (20%)	19 (41%)	10 (21%)	**4 (8%)**	3,02
Jogo Passivo (rule 7:11; 7:12)	11 (24%)	12 (26%)	18 (39%)	4 (8%)	**1 (2%)**	2,39
Falta atacante (rule 8:2)	6 (13%)	12 (26%)	12 (26%)	13 (28%)	**3 (6%)**	2,89
Sanção disciplinar adequada (rule 16)	**8 (17%)**	**19 (41%)**	17 (37%)	2 (4%)	0 (0%)	2,28
Coerência de actuação	**7 (15%)**	**22 (47%)**	12 (26%)	5 (10%)	0 (0%)	2,32
Lei da vantagem (rule 13:2)	**13 (28%)**	**19 (41%)**	9 (20%)	5 (10%)	0 (0%)	2,13
Progressividade das sanções (rule 16)	**11 (24%)**	**19 (41%)**	11 (24%)	5 (10%)	0 (0%)	2,21
7 m (rule 14)	**7 (15%)**	**23 (50%)**	13 (28%)	3 (6%)	0 (0%)	2,26
Violação da área (rule 6)	**24 (52%)**	**19 (41%)**	2 (4%)	1 (2%)	0 (0%)	1,56

1- Muito fácil, 2- Fácil, 3- Razoavelmente difícil/fácil, 4- Difícil, 5- Muito difícil

2.3.3.2 *Contexto de jogo*

Relativamente à influência do contexto de jogo nas tomadas de decisão (ajuizamento), os participantes indicam diferentes percepções de acordo com as diferentes situações. Os sujeitos percepcionam todas as situações enunciadas no questionário como sendo de razoavelmente fácil/difícil enquadramento, saliente-se porém que apenas nos “jogos decisivos” (4%), “más experiências anteriores” (2%) e “importância da competição” (2%) surge em percentagem muito reduzida a dimensão muito difícil (Quadro 2.2).

Quadro 2.2 - Contexto de jogo

	1	2	3	4	5	Média
Ambientes pressionantes	8 (17%)	12 (26%)	**20 (43%)**	6 (13%)	0 (0%)	2,52
Jogos decisivos	5 (10%)	15 (33%)	**18 (39%)**	6 (13%)	**2 (4%)**	2,67
Jogos equilibrados	5 (10%)	16 (35%)	**21 (46%)**	4 (8%)	0 (0%)	2,52
Más experiências anteriores	6 (13%)	16 (35%)	**16 (35%)**	7 (15%)	**1 (2%)**	2,58
Importância competição	7 (15%)	17 (37%)	**17 (37%)**	4 (8%)	**1 (2%)**	2,45
Escalão	12 (26%)	13 (28%)	**19 (41%)**	2 (4%)	0 (0%)	2,23
Sexo	12 (26%)	12 (26%)	**16 (35%)**	6 (13%)	0 (0%)	2,34

1- Muito fácil, 2- Fácil, 3- Razoavelmente difícil/fácil, 4- Difícil, 5- Muito difícil

2.3.3.3 *Preparação para os jogos*

Os participantes quando questionados sobre o facto de efectuarem algum tipo de preparação específica para os jogos, 76% dizem fazê-lo, sendo que 35% apenas o fazem "às vezes" e os restantes (41%) afirmam fazê-lo sempre ou frequentemente. Aquando da questão acerca do tipo de preparação efectuada consoante o tipo de competição, quase ⅔ dos árbitros referem efectuá-la para todo o tipo de jogos; contudo o descanso é o principal meio reportado (56% das respostas). Em relação ao treino de aspectos particulares, é efectuado às vezes por apenas mais de ⅓ dos árbitros, sendo que para isso recorrem à "observação em vídeo". Uma elevada percentagem dos inquiridos (59%) dizem que realizam pré-época incidindo no trabalho de "condição física" (85%) (Quadro 2.3).

Quadro 2.3 – Preparação para jogos

Preparação específica	Tipo de preparação	Forma como o fazem	Aspectos particulares	Aspectos de maior relevo	O que faz
Às vezes 16(35%)	Todos 25(64%)	Descanso 22(56%)	Às vezes 17(37%)	Obs.vídeo 12(43%)	C. física 23(85%)

2.4 Discussão

Os resultados do presente estudo indicaram que metade dos inquiridos continua ligada à modalidade devido ao gosto pela actividade. Já no que concerne à opção pela carreira de arbitragem as referências encontradas recaem maioritariamente no terem sido ex-praticantes da modalidade. Resultados semelhantes foram encontrados por Folkesson *et al.* (2002), em que a principal razão apontada pelos árbitros para continuarem a arbitrar foi o seu "amor" pelo jogo, sendo que o "continuar ligado à modalidade após o término da carreira como jogador" foi a razão mais importante para se tornarem árbitros.

À noção de competência revelada pelos árbitros, apesar de se ter reportado a várias características, foi o ser "ser imparcial" que assumiu maior destaque com 24% (onze), seguido do "cumprir as regras" 22% (dez) e por último o "ser honesto e humilde" com 17% (oito). Estes dados vêm corroborar a conceptualização de Simmons (s.d.), que refere ser desejável que um árbitro possa avaliar no máximo das suas capacidades.

Os respondentes quando questionados acerca de terem ou não um modelo de competência nacional, 36 (78%) dos inquiridos responderam de forma afirmativa. Já em termos de modelos internacionais apenas 57% dos árbitros dizem ter um modelo de competência.

De referir que quer o árbitro n.º1, quer o árbitro nº.2 já terminaram a sua actividade como árbitros, no entanto, foi notório nos resultados que continuam a ser uma referência para os árbitros no activo, acresce que o único árbitro estrangeiro mencionado também terminou a actividade. Estes resultados não são surpreendentes dado que os árbitros apontados, embora já não estejam no activo, continuam a ser árbitros de referência da arbitragem nacional da última década. De referir que este reconhecimento e visibilidade adveio dos níveis de desempenho elevados evidenciados aquando do exercício da função, tanto a nível nacional como internacional. Já no caso do árbitro estrangeiro este foi um dos maiores ícones da arbitragem internacional e com maior mediatismo, pelo que facilmente é explicada a sua referenciação pelos inquiridos.

Outro aspecto que ganhou relevo foi o elevado número de respondentes, que afirmam efectuar uma auto-análise do seu desempenho (85%). Este indicador é importante na medida em que segundo Schon (1983) a reflexão é a principal competência que os profissionais necessitam para desenvolver as suas capacidades e para as poderem melhorar constantemente. Esta reflexão deve ocorrer em momentos distintos, sendo que a reflexão na acção ocorre quando se é conscientemente capaz de avaliar e fazer alterações no decorrer da acção; a reflexão sobre a acção realizada logo após a acção, que permite rever a forma como se colocou o problema e o que se fez para o tentar resolver; e, por último, a reflexão sobre a reflexão na acção, que permite analisar as situações retrospectivamente, com um maior distanciado, logo sem que as componentes emocionais "toldem" a análise, tornando-a, assim, mais objectiva.

Os árbitros indicaram o "vídeo" como sendo o principal meio que utilizam para analisar o seu desempenho. Outros meios como a "opinião de terceiros" foram também objecto de referência. Este procedimento tem no nosso entender vantagens óbvias, porquanto permite a observação *a posteriori* do desempenho, sendo possível rever as situações de jogo, sejam aquelas em que a decisão foi adequada, sejam aquelas em que a decisão foi inadequada. A salientar o facto de o vídeo ser o meio principal e secundário mais utilizado, assim como a opinião de terceiros nos outros meios. A este propósito, Krueger (2008) refere que a análise de vídeo e os mecanismos de *feedback* são aspectos que devem ser implementados para aumentar a precisão de actuação dos árbitros. Também Helsen e Bultynck (2004) ao examinarem a tomada de decisão dos árbitros referem que a precisão pode ser melhorada por recurso ao treino de *feedback* baseado na análise de vídeo.

Mais de ¾ dos árbitros referiram procurar documentos sobre arbitragem para obterem pretendem obter "esclarecimentos" e "informação". Deste modo a pesquisa na procura de orientações e de possíveis alterações e interpretação das regras de jogo, parece ser uma preocupação por parte dos árbitros de Andebol Portugueses. A noção de actualização está presente no modo como encaram o exercício desta actividade.

As respostas obtidas acerca dos aspectos fundamentais para evolução de um árbitro foram o “acompanhamento” e as “oportunidades”. Cheetham and Chivers (1996) sugerem que os formadores devem começar por, explicitamente, reconhecer a importância da contribuição da aprendizagem informal, para a aquisição de uma elevada competência profissional, bem como evitar dar demasiado enfoque numa abordagem singular; pelo contrário devem encorajar os formandos a olhar para as experiências como potenciais formas de aprendizagem.

Os principais factores identificados como diferenciadores de um árbitro regional de um de elite, foram a “experiência” e o “conhecimento”, sendo que factores como a “postura”, o “desempenho”, o “lidar com a pressão”, o “estatuto” e o “acompanhamento” foram pouco referidos. Estes resultados vão de encontro a um estudo de Folkesson *et al.* (2002), em que os árbitros mais novos possuem menos experiência de arbitragem desportiva. Também para Castagna *et al.* (2007) a maturidade em termos de idade apresentada pelos árbitros, a competir no nível de elite, leva a assumir que a experiência é um pré-requisito fundamental para uma arbitragem de sucesso.

Quanto às quatro componentes centrais de representação de competência (Cheetham e Chivers, 1996), os respondentes deram maior ênfase: aos conhecimentos, à intervenção/actuação e ao comportamento ético, sendo que as relações interpessoais foram pouco valorizadas. Parece assim que ter os conhecimentos, ser capaz de aplicá-los de forma justa e imparcial (ética) é fundamental à competência na arbitragem, sendo que as relações interpessoais são de menor importância.

É de referir que os árbitros apenas mencionaram ser muito difícil analisar situações de passos (rule 7:3)[5], jogo passivo (rule 7:11; 7:12)[6] e falta do atacante (rule 8:2)[7]. A dificuldade percepcionada em ajuizar os passos e a falta do atacante poderá em parte dever-se à velocidade do jogo. Como referem Souchon *et al*. (2009a), a velocidade numa competição de alto nível, pode

[5] IHF, rules of the game, pág. 28,…dar o máximo de três passos com a bola em seu poder.
[6] IHF, rules of the game, pág. 30,…não é permitido manter a posse de bola numa equipa sem esta ter a intenção de atacar ou rematar à baliza.
[7] IHF, rules of the game, pág. 31,…não é permitido agarrar, empurrar, correr ou saltar contra um oponente.

causar uma elevada proporção de faltas ambíguas. Também Lane *et al*. (2006) referem a importância da colocação do árbitro para efectuar um bom ajuizamento. Já Castagna *et al*. (2007) acrescentam que os deslocamentos dos árbitros são realizados com o intuito de encontrar a posição mais adequada que lhe permita observar melhor e, consequentemente, tomar a decisão correcta. Por sua vez, Ambrus (s.d.)[8] refere que os árbitros de Andebol enfrentam alguns problemas a salientar: a falta de poder de antecipação e a falta de experiência. A marcação do jogo passivo tem sido alvo de várias alterações, mas esta é ainda uma regra ambígua, pois contrariamente a outros desportos que tem tempo limite de ataque (ex. Basquetebol), no caso particular do Andebol esta regra depende da interpretação e conhecimento do jogo que o árbitro possui, facto que aporta dificuldades acrescidas.

No que concerne ao contexto de jogo, os sujeitos responderam que as situações de maior dificuldade surgiam em "jogos decisivos", "más experiências anteriores" e "importância da competição", aspectos que vêm de encontro com os dados da literatura. Um estudo realizado por Helsen & Bultynck (2004) com árbitros de futebol, verificaram que estes estão altamente *stressados* em jogos de topo, quer em termos físicos quer mentais. Também Souchon *et al.* (2009a) referem que as competições de alto nível estão associadas a decisões disciplinares e técnicas diferentes. Sabendo que é requerido aos árbitros que acompanhem o jogo e tenham poucos momentos de descanso, fica claro que a arbitragem é exigente, senão mais exigente até do que jogar (Castagna *et al*. 2007).

Relativamente às rotinas que os árbitros usam para se prepararem para as competições, verificou-se que menos de metade refere efectuar uma preparação específica. Sobre esta temática Castagna *et al.* (2007), num estudo em árbitros de Futebol, indicam que face ao facto de o árbitro ser um elemento vital no jogo é importante que seja dada à sua preparação e desempenho a devida consideração pelas ciências do desporto. No que respeita à forma como o fazem, os inquiridos referem o "descanso", o que segundo Holdhaus (2008)[9],

[8] EHF Chairman
[9] Prelector da EHF

é benéfico, este chega mesmo a referir que o repouso é benéfico na performance subsequente.

Os árbitros dizem que para “treinarem” aspectos particulares recorrem à observação vídeo. Este mesmo procedimento é defendido por Liebermann (2002) que efectuou um estudo acerca do uso da tecnologia vídeo na influência dos métodos de treino em várias modalidades, e constatou que a utilização do vídeo é de grande importância para a melhoria do desempenho.

Mais de metade dos sujeitos dizem que realizam pré-época dando particular importância ao treino da sua condição física. Este tipo de preparação faz todo o sentido em virtude das exigências físicas que a natureza das suas tarefas coloca. Segundo Castagna *et al*. (2007), num estudo realizado com árbitros de Futebol comparando-os com jogadores, constatou uma diferença de idade significativa entre ambos, diferença de estatuto amadores/ profissionais e que ao invés dos jogadores, os árbitros não podem ser substituídos durante o jogo. O que nos permite concluir que os juízes para fazerem face às exigências a que estão sujeitos ao desempenhar a sua actividade têm consciência de que cada vez mais precisam de estar, melhor preparados sob o ponto de vista físico.

2.5 Conclusões

A competência no desporto assim como em qualquer actividade profissional é decisiva, o mesmo se passando com a percepção de desempenho. No caso particular deste estudo, os resultados dos inquéritos permitiram verificar que os árbitros de Andebol portugueses de não elite consideram como características fundamentais para se ser competente, a imparcialidade, cumprir as regras, a honestidade e a humildade, valorizando mais o comportamento ético relativamente às restantes componentes da competência. Relativamente ao que diferencia um árbitro de elite de um de não elite elegem a experiência como o aspecto de maior relevo, logo seguido do conhecimento.

Os sujeitos percepcionam que têm mais dificuldade em ajuizar situações de "passos", "jogo passivo" e "falta atacante". Relativamente ao contexto de jogo, os inquiridos referem as "más experiências anteriores" e a "importância da competição" como situações que causam dificuldade de ajuizamento. Os sujeitos têm a percepção da necessidade de se prepararem para a época desportiva, principalmente ao nível da condição física. No entanto, verificou-se que apenas pouco mais de ⅓ dos inquiridos treina aspectos particulares, o que possivelmente poderia ser revisto por parte dos árbitros, dadas as características das competições e a necessidade de melhorar constantemente.

Esperamos que esta investigação seja um ponto de partida para estudos vindouros e que acicate a observação da competência e da percepção de desempenho dos árbitros de Andebol portugueses. Sugerimos que em futuras investigações este tipo de estudo seja efectuado a um universo mais alargado de árbitros, se possível à sua totalidade, uma vez que este estudo, embora com uma amostra representativa, não ter chegado a 50% dos árbitros de não elite portugueses. Sugerimos também a reutilização de outros elementos de recolha de dados, designadamente a entrevista, de modo a poder captar o sentido e significado atribuído pelos árbitros à sua actuação.

Capítulo III - Tomada de decisão dos árbitros de elite de andebol em situação de competição

Resumo

O propósito central deste estudo foi medir a expressão do erro na tomada de decisão dos árbitros de Andebol de elite portugueses, em situação de competição. Pretendeu-se também relacionar a variação do erro de ajuizamento com aspectos contextuais específicos, designadamente tempo de jogo, zona do campo e marcha do marcador.

Foram registados em vídeo 6 jogos do Campeonato Nacional da Primeira Divisão de Seniores Masculinos, referentes a 4 duplas de árbitros de elite. As filmagens foram realizadas com 2 ou 3 câmaras em simultâneo, estrategicamente colocadas de forma a evitar situações de oclusão de acções. No total foram identificados 658 eventos, 46 erros e 110 omissões. A fiabilidade das observações foi testada com base em 2 peritos (um de Andebol e outro de Arbitragem), sendo que foi considerada adequada.

Constatamos que a percentagem de acerto do árbitro de Andebol de elite foi de 76%. Os principais erros na tomada de decisão dos árbitros, quer seja por intervenção ou ausência de intervenção, registaram-se nas situações de 9 metros, lei da vantagem, sanção disciplinar 2 minutos, 7 metros e lançamento de reposição.

Os resultados evidenciam que a taxa de erros tende a aumentar quando o resultado se encontra desnivelado e no início e no final das partidas.

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL, ÁRBITRO, TOMADA DE DECISÃO, ERRO

Abstract

The aim of this study was to measure the expression of errors of the Portuguese Elite Handball Referees in natural context of action. We also aim at relating the variation of errors referring to specific Handball competition context: match time, score result and field place.

The sample of this study consisted of four teams of elite referees and six matches of male national first division Portuguese Handball. The matches were filmed with to 2 or 3 video cameras simultaneously, strategically positionated in order to avoid actions occlusion.

The study identifies 658 actions, 46 errors and 110 omissions, the reliability of the observations was tested by 2 experts (one in Handball and the other in Refereeing) and considered appropriate. We found that 76% Handball referees decisions were accurate. The results showed a higher number of decision making errors including intervention and lack of intervention by the referees in 9 meters faults sanction, advantage rule, 2 min, 7m and reposition throw. Inaccuracy in the, referees decision making increases when the score was unbalanced and in the beginning and in the end of the matches.

KEYWORDS: HANDBALL, REFEREE, DECISION MAKING, ERROR

3.1 Introdução

A comunidade científica tem revelado um interesse crescente pela problemática da arbitragem nos desportos colectivos, nomeadamente no Futebol (e.g. Helsen et Bultynck, 2004; Casajus et Castagna, 2007; Castagna *et al*., 2007; Mascarenhas *et al*., 2009) e no Basquetebol (e.g. Thu *et al*., 2002; Brand *et al*., 2006; Price et Wolfers, 2007). Os estudos no Andebol são escassos e têm investigado fundamentalmente as tomadas de decisão dos árbitros (Souchon *et al*., 2004 e Souchon *et al*., 2009b), género e lesões (Souchon *et al*., 2008) e julgamento heurístico em situações ambíguas (Souchon *et al*., 2009a).

Nos desportos colectivos de invasão e de contacto (e.g., andebol, hóquei no gelo e futebol) os árbitros têm que tomar decisões rapidamente observando as acções que ocorrem num contexto de elevada complexidade e aleatoriedade, e segundo Souchon *et al*. (2009b) a intervenção do árbitro distingue-se pela sua natureza desportiva ou disciplinar. No caso particular do Andebol, assistimos hoje a um jogo que prima pela velocidade, consequência, em parte, das várias alterações às regras que nos últimos tempos foram introduzidas. O aumento da velocidade do jogo, por si só, é um factor potenciador da complexidade das tarefas dos árbitros. Esta ideia é defendida por vários formadores credenciados da IHF e EHF (Holdhaus, 2008; Marczinka, 2008; Ivanescu, 2009) contudo a produção académica sobre esta problemática não está desenvolvida. É também plausível que em associação ao aumento da velocidade das acções em jogo, tenha ocorrido um aumento da pro-actividade individual na luta pelo espaço (Roman Seco, 2007a), o que concorre também para o incremento da complexidade da tomada de decisão do árbitro.

Também Ivanescu (2009)[10] realça que a função do árbitro é complexa, pelo que apenas pode ser cumprida, com o máximo de correcção, quando a competência e conhecimento acerca do Andebol são coadjuvados com um elevado grau de auto-disciplina.

Souchon *et al.* (2009a) constataram que existem tomadas de decisão que envolvem uma elevada ambiguidade e que os árbitros de Andebol,

[10] Prelector da EHF

principalmente os de elite, utilizam o julgamento heurístico e tendem a tomar diferentes decisões consoante o tipo de contexto.

Outros estudos têm procurado medir o grau de acerto dos árbitros (Mascarenhas *et al*. 2005, Mascarenhas *et al*. 2009). Esta informação surge como essencial para os organismos que tutelam estes profissionais, porquanto serve de base à monitorização e *feedback* do seu desempenho, às decisões de mudança de nível e às nomeações nacionais e internacionais.

No estudo de Mascarenhas *et al*. (2009) verificou-se que o grau de acerto médio dos árbitros de futebol era de 64%, sendo que nos primeiros 15 minutos de cada parte tinham um grau de acerto inferior (51%), comparativamente ao restante tempo de jogo (70%).

No que concerne ao Andebol, a temática carece de ser investigada. Deste modo, um dos aspectos sobre os quais importa obter mais conhecimentos reporta-se à necessidade de descobrir se o actual modelo de jogo tem ou não consequências na natureza das tarefas dos árbitros e no seu desempenho. Acresce que existe um vazio de informação actualizada acerca do tipo e frequência das decisões dos árbitros de andebol. Este conhecimento, se tratado, pode constituir-se como um elemento fundamental na definição de planos de formação e acompanhamento do desempenho dos árbitros. Por outro lado, é importante perceber qual é a expressão do seu erro, e se este é influenciado por factores como o resultado da marcha do marcador, a fase do jogo, o local das acções, o jogador infractor ou até a equipa/clube.

3.2 Metodologia

3.2.1 Participantes

Para a realização deste estudo foram seleccionadas todas as duplas de árbitros de elite da Federação de Andebol de Portugal (FAP), contudo das treze duplas existentes, apenas participaram 4 duplas. Por cada dupla foram recolhidas imagens, em contexto real de competição, relativas a jogos da primeira fase da PO1[11]. Por razões logísticas apenas foram filmados jogos que se realizaram na zona norte do país.

3.2.2 Instrumento

A partir de duas observações piloto da PO1 - época 2009/ 2010, foram identificadas e inventariadas todas as situações (desportivas e disciplinares) passíveis de intervenção do árbitro (por dupla), pelos investigadores (Quadro 3.1). Para cada situação identificada foram ainda considerados outros parâmetros de jogo, designadamente: casa/ fora, tempo, resultado, jogador infractor, jogador vitima, ataque, defesa, transição ataque, transição defesa e local do campo[12]. A escolha da fase do jogo teve como critério o jogador infractor. De forma a se proceder à anotação do local onde ocorriam os comportamentos assinalados, mantiveram-se os locais do campo fixos, para ambas as equipas, ao longo das duas partes do jogo.

[11] Campeonato nacional da 1ª Divisão de Andebol Seniores Masculinos
[12] Campograma fornecido pelo Gabinete de Andebol da FADEUP

Quadro 3.1 – Tomadas de decisão do árbitro num jogo de Andebol

Macro Categorias	Categorias
Correcta execução dos livres e colocação da barreira	- Local da falta - Distância ao local da falta (3 metros) - Reposição
Falta atacante	- Bloqueios - Empurrões - Prender ou segurar - Lançar-se contra o adversário em corrida ou em salto
Interrupção do tempo de jogo	- Decisão assertiva ou não
Jogo passivo	- Advertência de jogo passivo - Marcação de jogo passivo
Lançamento livre	- Lançamento livre - 7 Metros - 9 Metros
Lei da vantagem	- Bem concedida - Mal concedida (violando as regras de manejo de bola ou havendo sanção disciplinar)
Manejo de bola	- Passos - Dribles - 3 Segundos - Violação da área - Pé
Sanção disciplinar	- Cartão amarelo (jogador, banco) - Exclusão 2 minutos (jogador, banco) - Desqualificação por acumulação (jogador, banco) - Desqualificação directa - Expulsão
Substituições	- Entrada ilegal de jogadores/oficiais
Violação da área de baliza	- Jogador com/sem bola

3.2.3 Procedimentos de aplicação

Face a condições locais distintas, encontradas no decurso das filmagens, os jogos foram filmados de diferentes formas, de modo a poder captar-se a melhor imagem possível. Tendo como intuito evitar a oclusão das acções de jogo e a monitorização do deslocamento e intervenção dos árbitros foram utilizadas no mínimo duas câmaras e três no máximo, sendo que sempre que foi possível utilizou-se 3 câmaras por jogo (CCD HDTV). De referir ainda

que foram testadas três localizações distintas (3 opções)[13] com o objectivo de capturar as imagens pretendidas de forma o mais nítida possível (ângulos e cruzamento de imagens). Com efeito, os investigadores concluíram que a opção 2 era a mais ajustada.

A captação de imagens foi realizada na sua maioria pelos investigadores principais do estudo, sendo contudo necessário recorrer também a imagens fornecidas pela FAP[14].

Saliente-se que nunca houve qualquer contacto entre investigadores e as duplas no local dos jogos ou fora dele.

3.2.4 Procedimentos de análise

Após a captação das imagens, realizou-se a sua exportação para o programa "*Pinnacle Studio 14.0"* e de seguida procedeu-se à edição das mesmas. Inicialmente, de forma a poder efectuar uma análise sincronizada, cortaram-se os tempos mortos com o objectivo de aproximar o tempo de jogo (60 minutos) com o tempo de vídeo. Em segundo lugar analisaram-se as tomadas de decisão do árbitro segundo duas perspectivas: actuação desportiva e disciplinar, classificando-as posteriormente como intervenções activas (correctas e incorrectas) e ausência incorrecta de intervenção.

A fiabilidade das observações foi calculada com base em dois jogos da PO1. A primeira fase de avaliação da fiabilidade foi efectuada pelos investigadores, e a segunda por dois peritos da modalidade, um professor universitário da área do Andebol e um ex-árbitro internacional e perito de observação da FAP (Quadro 3.2).

---

[13] Opção. 1- uma câmara central no enfiamento da linha do meio campo e duas laterais do lado oposto; Opção. 2- uma câmara central no enfiamento da linha do meio campo e duas em oposição atrás da área de baliza; Opção. 3 – uma câmara central no enfiamento da linha do meio campo e duas em oposição diagonal de cada lado das linhas laterais.

[14] Imagens capturadas pela Radiotelevisão Portuguesa (RTP2)

Quadro 3.2 – Acordos intra e inter-observadores

	Intra (n)	%	P1	%	P2	%
Jogo 1	83/ 91	91	86/ 91	95	80/ 91	88
Jogo 2	89/ 97	92	93/ 97	96	86/ 97	89
Média		91,5		95,2		88,3

P1 - Perito em Andebol; P2 – Perito em arbitragem

No primeiro jogo obtiveram-se 83 acordos em 91 (0,91) situações e no segundo jogo 89 em 97 (0,92). Souchon *et al.* (2009b) reportaram valores similares de concordância intra-observadores. A partir do acordo intra-observador comparou-se o nível de acerto inter-observadores, individualmente e em conjunto, obtendo-se no total 0,91 e 0,92 de acordos em relação ao Jogo 1 e Jogo 2, respectivamente. Valores semelhantes foram registados noutros estudos acerca da arbitragem (0,88) (Mascarenhas *et al.*, 2009). A repetição foi usada tanto pelos investigadores como pelos peritos, as vezes necessárias, para que não restassem dúvidas. Em caso de não identificação objectiva da situação assinalada foi contabilizado como acerto na tomada de decisão dos árbitros.

3.3 Resultados e discussão

3.3.1 Frequência da tipologia das ocorrências e número médio de eventos

Com base nos jogos observados, foram listadas todas as decisões que foram consideradas como sendo as correctas que, por sua vez, foram traduzidas em intervenções activas ou na ausência de intervenção (ex. lei da vantagem). A partir deste registo, dividiu-se as ocorrências em função da sua tipologia. O Gráfico 3.1 apresenta a frequência relativa dos diferentes tipos de ocorrências consideradas com base nos jogos analisados.

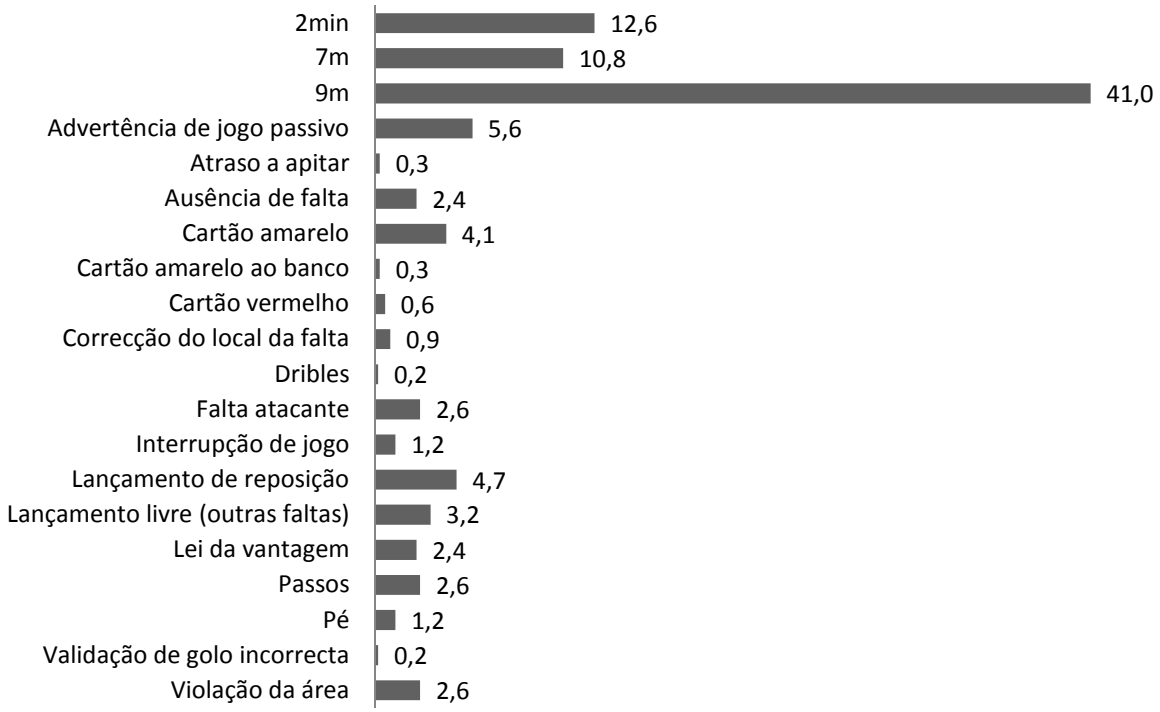

Gráfico 3.1 – Frequência da tipologia das ocorrências

Como ilustra o gráfico 3.1 as faltas de 9 metros são as que apresentam maior expressão, seguidas da sanção disciplinar “2 min.” e “7m”. Não encontrámos qualquer estudo que tenha inventariado todas as decisões dos árbitros de andebol ao longo de um jogo. Souchon *et al.* (2009a) analisaram as sanções disciplinares e desportivas, com base em 30 jogos de andebol, tendo

reportado uma elevada percentagem de livres de nove e de sete metros, assim como ausência de intervenção. Os resultados não são directamente comparáveis com os nossos por razões metodológicas, em particular o estudo foi feito com uma amostra muito superior e com o objectivo de comparar competições (divisões) distintas. No estudo francês a percentagem de cartões amarelos atribuídos é muito semelhante à exclusão por 2 minutos, contudo neste estudo verificou-se uma relação bastante diferente, ou seja, 1 para 3. Para além das explicações metodológicas, já avançadas, estas diferenças podem decorrer de actuações defensivas diferenciadas ou até de actuações arbitrais discrepantes (árbitros franceses *vs* peritos portugueses), uma vez que os árbitros em questão estão sob a alçada directa de organismos diferentes. Mas esta disparidade deve merecer a reflexão dos responsáveis da arbitragem portuguesa e uma análise exaustiva da adequação dos critérios utilizados no ajuizamento destas sanções.

O gráfico 3.2 ilustra a distribuição de ocorrências ao longo dos 60 minutos de jogo, não sendo evidente que o número de ocorrências (variação) tenha qualquer dependência do factor tempo de jogo. Contudo quando analisamos a distribuição de algumas sanções ao longo do tempo, são perceptíveis variações não detectadas com as ocorrências agregadas (gráfico 3.3); a variação das ocorrências parece assim depender mais da sua tipologia.

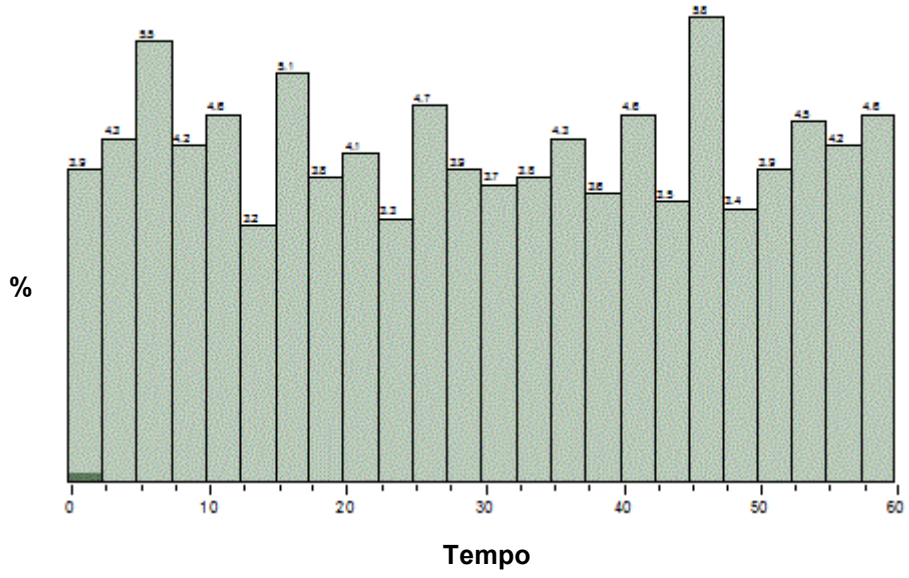

Gráfico 3.2- Distribuição de ocorrências ao longo do tempo

No gráfico 3.3 faz-se representar a distribuição das sanções que ocorreram com maior frequência, ao longo dos 60 minutos de jogo. Observa-se que à medida que o número de cartões amarelos atribuídos diminui, aumenta o número exclusões por 2 minutos, o que facilmente se explica pela aplicação das "sanções progressivas". A advertência de jogo passivo têm uma distribuição interessante ao longo do tempo, isto é, aumenta a meio da primeira parte e diminui de forma abrupta nos últimos 15 min de jogo. A primeira e mais óbvia explicação decorre da estratégia típica das equipas em função dos momentos de jogo em causa. Nomeadamente, com o aproximar do final do jogo acentua-se a intenção de marcar golo e evitar sobremaneira sofrer golo/recuperar a posse de bola.

À medida que o jogo se aproxima do final é também evidente um aumento do número de infracções de 7m e 2 min, o que parece significar que é no final dos jogos que os árbitros têm que tomar as decisões mais difíceis e corajosas. Até porque estas decisões podem ter implicações directas no resultado final, pelo que um erro poderá significar a vitória ou derrota de uma equipa. As possíveis explicações têm mais uma vez a ver com a estratégia das várias equipas em função do momento do jogo, sendo que a parte final é quase

sempre um momento crítico do jogo. Por exemplo, o aumento da agressividade e profundidade ofensiva ou defensiva das equipas podem facilmente explicar o incremento deste tipo de sanções. É também plausível que a fadiga afecte mais os jogadores no final dos jogos e por consequência aumente o contacto à margem da lei (em particular nas situações claras de golo).

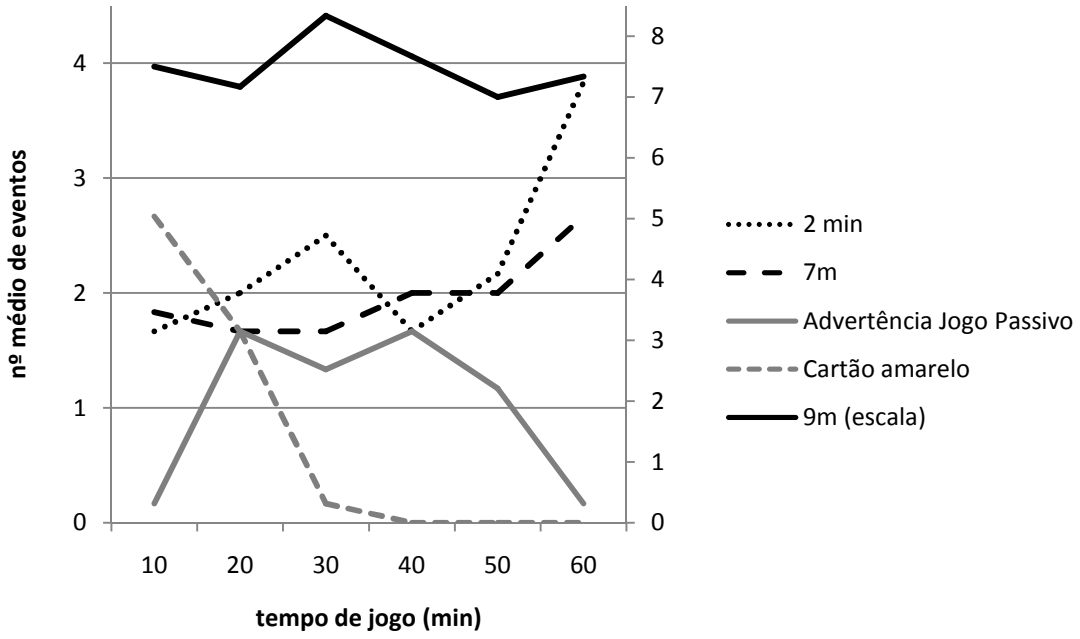

Gráfico 3.3 – Distribuição do nº de eventos ao longo do tempo

3.3.2 Intervenções incorrectas

Neste ponto pretendeu-se identificar qual a percentagem de acerto dos árbitros, em que situações cometem mais imprecisões e qual a fracção de erros existente consoante a diferença do número de golos no marcador.

No quadro 3.3 estão apresentados os resultados relativamente ao grau de acerto dos árbitros, é de salientar que os valores referentes ao número de eventos englobam os golos. Esta opção de análise fez com que o número de intervenções activas erradas fosse mais baixo do que aconteceria, caso estas acções (golos) não fossem contabilizadas. Agregando os dados dos 6 jogos analisados detecta-se que em média ocorrem 110 eventos por jogo, destes 8 são intervenções activas erradas e 18 são erros por ausência de intervenção, o que perfaz um total de 26 erros. É de salientar que o grau de acerto do árbitro

de Andebol após estes 6 jogos analisados foi de 76%. Refira-se ainda que o jogo D é o que apresenta o nível mais elevado de incorrecções (41%).

Quadro 3.3- Grau de acerto dos árbitros

Diferença de golos no marcador	Jogo	Nº de eventos	Nº erros	Nº omissões	Incorrecções totais
5	A	80	5	8	16%
3	B	108	5	6	**10%**
2	C	100	5	17	22%
0	D	**128**	11	41	**41%**
10	E	123	8	21	24%
0	F	119	12	17	24%
	Agregado	**110**	**8**	**18**	**24%**
			8%	17%	

Face à ausência de dados na literatura acerca do andebol é relevante comparar os dados obtidos com outros oriundos de outras modalidades. Assim, Mascarenhas *et al*. (2009) registaram um grau de acerto de 64% em árbitros de Futebol, em 144 situações de análise, o que é um pouco distante dos dados encontrados neste estudo.

Encontrámos valores que variam entre 10% e 41% o que demonstra uma grande variabilidade de desempenho. Por exemplo, no jogo D a percentagem de acerto foi de apenas 59%, valor bastante inferior aos 76% anteriormente referidos, contudo foi um jogo marcado pelo equilíbrio no marcador (terminando empatado) e com um número de eventos elevado (128).

No gráfico 3.4 estão representados os valores percentuais para cada categoria considerada (intervenções activas incorrectas). Os resultados demonstram que os juízes cometem vários erros ao longo do jogo, tanto em situações técnicas como disciplinares. As ocorrências mais frequentes foram na marcação indevida de livres de 9m (37%), na lei da vantagem (17,4%) e nos 2 min (10,9%).

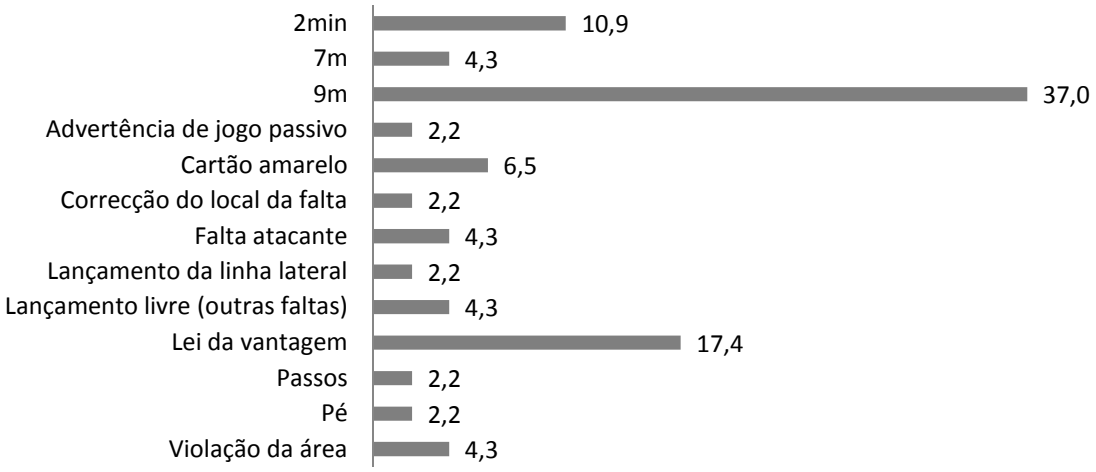

Gráfico 3.4 – Intervenções incorrectas

Os valores de intervenções incorrectas relativas aos livres de 9m encontram explicação, em parte, se for tido em consideração que também é nesta situação que contabilizamos o maior número de eventos (gráfico 3.1).

É inequívoco que o erro faz parte do jogo de andebol, e todos os seus intervenientes erram, contudo espera-se que o erro ocorra de forma involuntária. Por exemplo, Lane *et al*. (2006) concluíram que os árbitros de futebol demonstram um forte desejo em ajuizarem de forma isenta de erros.

De facto, o desempenho da arbitragem é algo que preocupa os vários agentes do desporto. Mascarenhas *et al.* (2005) desenvolveram um programa de treino para ajudar os árbitros a melhorar e a desenvolver experiência utilizando treino de vídeo.

No gráfico 3.5 faz-se representar a fracção de erros totais e os erros graves ("7 metros", "9 metros", "2 minutos" e "jogo passivo") em relação à diferença na marcha do marcador. Não é evidente que exista uma relação estatística entre a ocorrência de erros e a marcha do marcador (equilíbrio *vs* desequilíbrio), muito embora esta análise peca por ter um reduzido número de jogos. Por outro lado, e de uma forma cautelosa, somos tentados a especular que a expressão do erro possa ser maior quando a diferença no marcador é muito significativa.

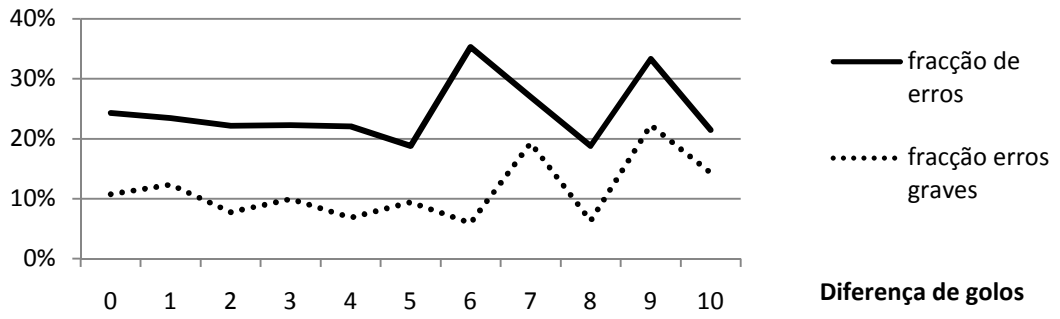

Gráfico 3.5 – Diferença de golos/fracção de erros

Quando a diferença no marcador se situava entre 5/6golos notou-se um incremento de 15% na fracção erros. Estes resultados vêm de encontro a estudos de outros autores, que também relataram alguns problemas na actuação dos árbitros quando o resultado tende a ser desnivelado. Neste sentido, Garicano *et al.* (2005) envolvendo árbitros de Futebol, observou-se que quando a diferença de golos era igual ou superior a dois, os árbitros aumentaram o tempo de desconto ao tempo regulamentar de forma excessiva. Parece assim que os árbitros tendem a ser menos rigorosos quando o resultado está desnivelado. Sob este ponto de vista, seria interessante procurar detectar qual a origem do problema.

No gráfico 3.6 podemos observar a evolução no número de eventos e os erros ao longo do tempo de jogo. Não são perceptíveis oscilações significativas, contudo observamos algumas tendências que merecem reflexão e que poderão ser confirmadas, ou não, o aumento do número de sujeitos da amostra. Observámos um incremento no número de eventos e também no número de erros até aos 10 minutos de jogo; após os quais os valores oscilam de forma aleatória até ao início da segunda parte, verificando-se novamente um aumento gradual de eventos, erros e erros significantes nos últimos 15 minutos das partidas.

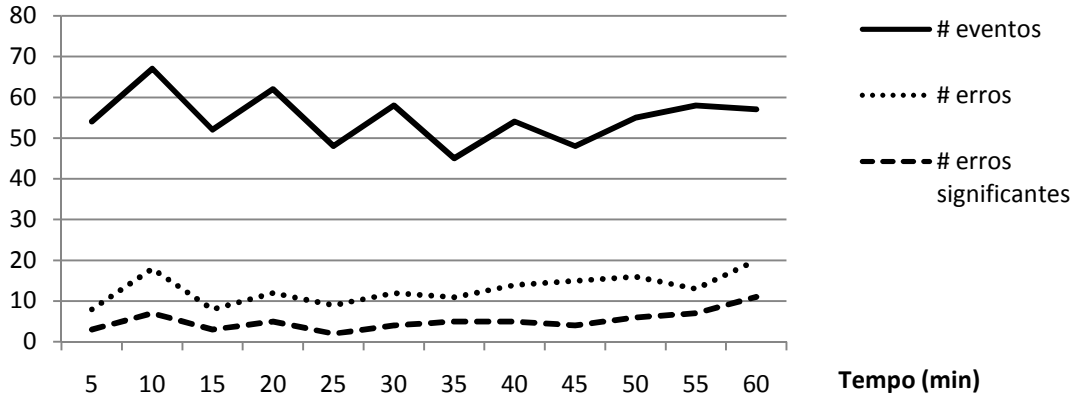

Gráfico 3.6 – Número de eventos/erros

O aumento do número de eventos no início de cada jogo tem obviamente a ver com a adaptação das equipas ao jogo. Os árbitros poderão também necessitar de algum tempo para se adaptarem, sendo que neste momento têm de tomar um maior número de decisões do que em qualquer outro momento de jogo. Neste mesmo sentido, embora com algumas dissemelhanças, Mascarenhas *et al.* (2009) observou que a percentagem de erros dos árbitros de futebol atinge a maior expressão nos primeiros 15 minutos de cada parte. Já no período final, é atingido o valor máximo de erros observados, facto este que pode estar relacionado com os índices de fadiga. O que parece ficar claro é que um árbitro tem que ser capaz de manter o seu desempenho constante ao longo de todo o jogo.

3.3.3 Distribuição de erros por ausência de intervenção

Neste ponto procuramos descortinar qual a distribuição de erros mais comuns por ausência de intervenção por parte dos árbitros. Verificámos que as situações em que os árbitros mais erraram (por ausência de intervenção) foram: 2 min (24,4%) e o lançamento de reposição (16,7%) (Gráfico 3.7).

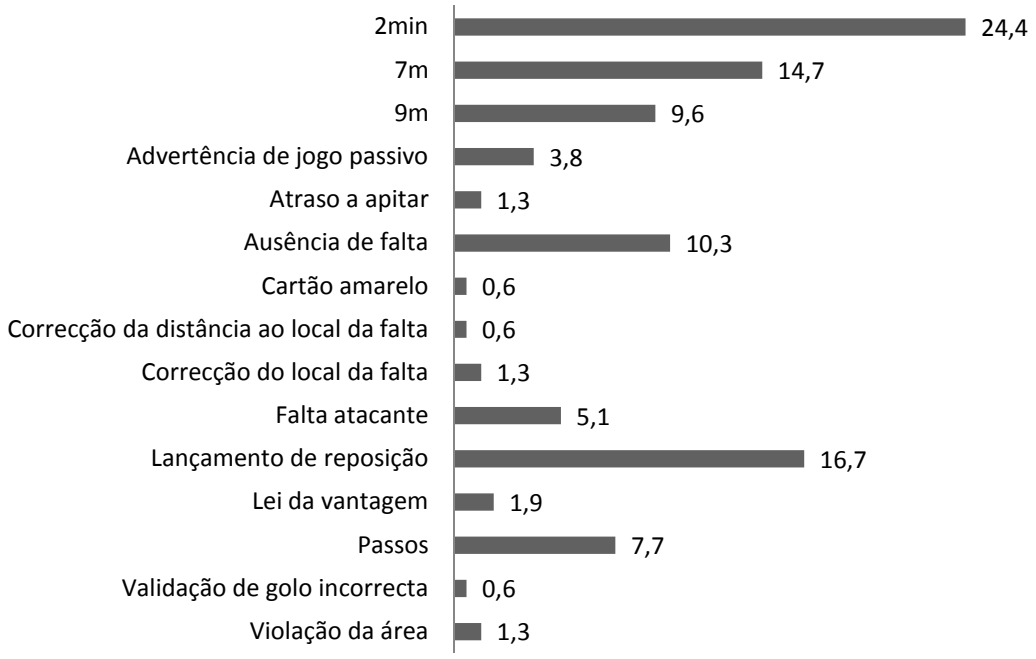

Gráfico 3.7 – Distribuição de erros por ausência de intervenção

Várias são as justificações possíveis para a ausência de intervenção em situações óbvias e passíveis de serem punidas, quer técnica quer disciplinarmente. Para Mascarenhas *et al. (2005)*, este tipo de situações (ausência de actuação) pode ocorrer devido à necessidade de manter a fluidez do jogo. Coulomb-Cabagno *et al.* (2005) sugerem que os árbitros poderão fazer um compasso de espera, antes de intervir nas competições de melhor nível, por entenderem que os atletas mais evoluídos podem continuar as suas acções, apesar da sua gravidade.

3.3.4 Zonas do campo onde ocorrem os erros

Neste ponto procuramos saber em que zonas do campo ocorre o maior número de eventos e qual a expressão do erro. No cronograma (imagem 3.1) apresentamos a distribuição dos eventos e erros por cada zona do campo considerada. É na zona central (na qual habitualmente cooperam e disputam 8 jogadores em simultâneo) que registamos o maior número de eventos (79%). Contudo é na ponta esquerda que os erros graves apresentaram maior expressão relativa.

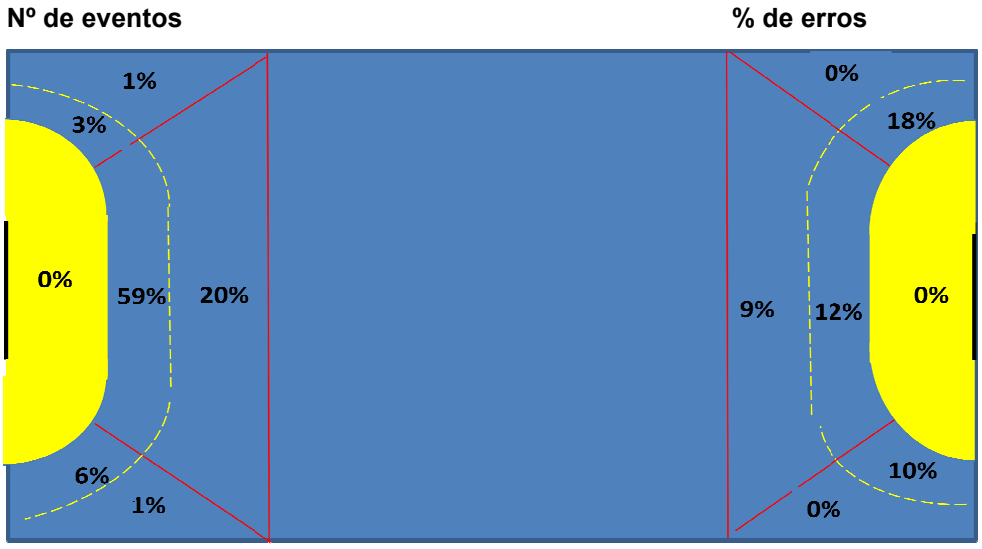

Imagem 3.1- Campograma

Sabendo que as equipas tendem a procurar zonas de maior eficácia para tentarem finalizar os seus ataques, parece-nos óbvio que seja na zona central que a percentagem de eventos é mais elevada, em particular entre os 6 e os 9 metros.

A distribuição relativa de erros graves pelas zonas de campo revelou que é na ponta esquerda que os árbitros têm maiores dificuldades de ajuizamento, o que pode também ser explicado pelo modelo de jogo das equipas portuguesas. Não deixa de ser interessante, que a propósito da evolução das regras de jogo, Ambrus (s.d.) sugere que os árbitros terão que ter particular atenção às faltas cometidas sobre estes jogadores e por estes jogadores. Na verdade estes jogadores estão confinados a uma zona muito específica, assumindo quase por exclusivo as funções de apoio ou de finalizadores. É pela importância relativa que têm na finalização dos ataques, que são hoje exímios finalizadores, com muitos e variados recursos de remate. Admitindo então que estes jogadores têm uma importância preponderante na finalização das equipas analisadas, os erros graves contabilizados indiciam problemas de ajuizamento neste local. Deste modo, estes dados devem merecer a reflexão dos árbitros e dos seus formadores porquanto não correspondem, ainda, às orientações que são sistematicamente facultadas pelos organismos que tutelam estes agentes desportivos.

3.4 Conclusões

Este trabalho visava medir a expressão do erro na tomada de decisão dos árbitros de Andebol de elite portugueses, em situação de competição. Pretendeu-se também relacionar a variação do erro de ajuizamento com aspectos contextuais específicos, designadamente tempo de jogo, zona do campo e marcha do marcador.

Por opções metodológicas, as situações de jogo em estudo foram analisadas de forma exaustiva e minuciosa, impossibilitando a massificação dos dados e como tal as generalizações e inferências devem ser feitas com muita prudência.

No cômputo geral, por razão de intervenção activa incorrecta, os erros com maior índice de ocorrência registaram-se nas situações de 9m, lei da vantagem e sanção disciplinar 2 minutos. Por ausência de intervenção, as imprecisões mais significativas ocorreram nas sanções disciplinares de 2 min., lançamento de reposição e 7m.

Em termos gerais o grau de acerto dos árbitros situou-se nos 76%, contudo registamos uma amplitude de variação das taxas de erro entre 10 e 41%.

Ainda que este seja um estudo de natureza exploratória, pretendíamos verificar se a probabilidade de errar era distinta em função do equilíbrio ou desequilíbrio na marcha do marcador. Não confirmámos nem rejeitámos qualquer ideia prévia sobre esta temática, ao que não é alheio o facto de termos uma amostra reduzida sendo que não foi possível encontrar qualquer padrão de variação que indicie, de forma inequívoca, as relações que pretendíamos investigar. Realçamos contudo que estudos futuros deveriam perseguir o possível incremento de erros, quando a diferença no marcador se situa acima dos 5 golos.

Observámos que é na zona de actuação específica da ponta esquerda que os árbitros cometeram erros de natureza mais gravosa. Este dado sugere que investigações futuras devem analisar as dificuldades de actuação dos

árbitros, também, em função da localização e especificidade das acções *versus* posicionamento dos árbitros.

Sabendo que os árbitros têm em média de intervir de trinta em trinta segundos e que normalmente em jogos equilibrados, as situações de maior dificuldade de ajuizamento acontecem perto do fim, adicionando o facto de o andebol ser hoje jogado a grande velocidade, somos levados a concluir que ser árbitro de andebol não é tarefa fácil e que exige uma preparação específica e exigente.

Capítulo IV - Considerações Finais

4.1 Considerações finais

O propósito central deste trabalho além de ambicioso implicava uma amostra alargada para que fosse possível proceder-se a generalizações. Independentemente de assumirmos a não completude da resposta e a impossibilidade de generalizar, os dados colocados em evidência, ao longo desta pesquisa, são relevantes e trazem novos conhecimentos que permitem compreender, de forma mais aprofundada, o *modus operandi* do árbitro de Andebol Português em situação de competição.

Este teve ainda o mérito de abordar um tema difícil e decisivo para a evolução do andebol, sendo que a metodologia utilizada pode ser classificada de inovadora.

Em termos de resultados os dados sugerem que existe um desfasamento entre a percepção que os árbitros têm das suas dificuldades e as dificuldades concretas que evidenciam na actuação.

É desajustada a comparação entre a percepção e opinião dos árbitros de não elite acerca do seu desempenho e as dificuldades com a actuação em situação de contexto real de árbitros de elite, porque estamos a retratar níveis de dificuldade e de exigência distintos.

Ficou ainda evidente que as principais dificuldades de ajuizamento são os “passos”, o “jogo passivo” e a “falta atacante” e que os factores que influenciam a tomada de decisão são os “jogos decisivos, as más experiências anteriores e a importância da competição”.

De salientar também a incerteza que ficou acerca da consciência, ou não, do erro e da imparcialidade das decisões, em particular nos jogos decisivos ou momentos críticos que, usualmente, acontecem envolvidos num clima de desagrado fomentado pelos treinadores e pelos próprios clubes.

Deste modo, em termos futuros, importa (re)equacionar as questões relacionadas com a manifestação da competência dos árbitros, designadamente no que diz respeito ao perfil de competências necessárias ao exercício da função e às estratégias de observação, avaliação e formação do árbitro de andebol.

Em estudos futuros dever-se-á, cada vez mais, analisar a actuação dos árbitros em contexto real com recurso a peritos, observadores e árbitros, sendo que os instrumentos de observação deverão ser testados e validados por equipas de peritos.

Importa ainda que se desenvolva um sistema de análise e de acompanhamento individualizado, por dupla, no sentido de permitir que estes possam, de forma sistemática e continuada, analisar e reflectir acerca do seu desempenho, de modo a poderem desenvolver estratégias de “treino“ ajustadas à especificidade das dificuldades detectadas.

Capítulo V - Bibliografia

Ambrus, J. (s.d.), Analysis 5th men´s ECH Championship

Batista, P., Graça, A., Matos, Z. (2007). Competencia – entre significado y concepto. Contextos Educativos 10, 7-28

Brand, R., Schmidt, G and Schneeloch, Y. (2006). Sequential Effects in Elite Basketball Referees' Foul Decisions: An Experimental Study on the Concept of Game Management. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 28, 93-99

Casajus, J. A. & Castagna, C. (2007). Aerobic fitness and field test performance in elite Spanish soccer referees of different ages. *Journal of Science and Medicine in Sport*, 10, 382—389.

Castagna, C., Albert, G. & D`Ottavio, S. (2007). Physiological Aspects of Soccer Refereeing Performance and Training. *Sports Med* 2007, 37 (7): 625-646.

Graham Cheetham, G. & Chivers, G. (1996). Towards a holistic model of professional competence. *Journal of European Industrial Training,* 20/5 20–30

Cheetham, G. & Chivers, G. (2001). How professionals learn in practice! what the empirical research found, *Journal of European Industrial Training*, 25; 5, 270-292.

Coulomb-Cabagno, G., Rascle, O., & Souchon, N. (2005). *Players' gender and male referees' decisions about aggression in French soccer: A preliminary study*. Manuscript submitted for publication.

Craven, B.J. (1998). A psychophysical study of leg-before-wicket judgements in cricket. *British Journal of Psychology*, 89, 555-578

Eraut, M. (2004) Informal learning in the workplace. *Studies in Continuing Education*, 26,2.

Federação de Andebol de Portugal. Livro de Regras. www.fpandebol.com*,* 25 Julho de 2010.

Folkesson, P., Nyberg, C., Archer, T., & Norlander, T. (2002). Soccer referees´ experience of threat and aggression: Effects of age, experience, and life orientation on outcome of copying strategy. *Aggressive Behavior, 28*(4)*,* 317-327.

Frank, M. G., & Gilovich, T. (1988). The dark side of self and social perception: Black uniforms and aggression in professional sports. *Journal of Personality and Social Psychology*, *54,* 74–85.

Friman, M., Nyberg, C., & Norlander, T. (2004). Threats and aggression directed at soccer referees: An empirical phenomenological psychological study. *The Qualitative Report, 9*(4), 652-672.

Garicano, L., Palacios-Huerta,I. &Prendergast, C. (2005). Favoritism under social pressure. *The Review of Economics and Statistics,* May, 87(2): 208–216.

Helsen, Werner and Bultynck, Jean-Baptist (2004) 'Physical and perceptual-cognitive demands of topclass refereeing in association football', *Journal of Sports Sciences*, 22, 2, 179 - 189.

Holdhaus, H. (2008). The Handball Referees at Top Events. Vienna / Austria - Publisher: EHF Web Periodical. Consult. 2 de Novembro de 2009. http//www.EHF.com

International Handball Federation. (2005). *Rules of the game*. Bâle, Switzerland: International Handball Federation.

International Handball Federation. www.ihf.info/front_content.php?idcat=72. 1 de Junho de 2010.

Ivanescu, P. (2009) The Subconciousness of Referees. Vienna / Austria - Publisher: EHF Web Periodical. Consult. 2 de Novembro de 2009. http//www.EHF.com

Johnson, J. G. (2006). Cognitive modeling of decision making in sports. *Psychology of Sport and Exercise*, 7, 631–652.

Jones M.V., Paull G.C., Erskine J. (2002). The impact of a team's aggressive reputation on the decisions of association football referees. *J Sports Science*; 20: 991-1000.

Lane, A. M., Nevill A. M., Ahmad, N. S. & Balmer, N. (2006). Soccer Referee Decision-Making: 'Shall I Blow The Whistle?' *Journal of Sports Science and Medicine,* 5, 243-253.

Liebermann, D. G., Katz, L., Hughes, M.D., Bartlett, R.M., Mcclements, J., Frank, I.M. (2002). Advances in the application of information technology to sport performance. *Journal of Sports Sciences*, 20, 755 – 769.

Krueger, D. (2008). Referee Accuracy in Point Sparring: Video Feedback as a Method to Improve Referee Quality.Consult. 23 de Novembro de 2009, http://www.David Krueger and 24fightingchickens.com

Marczinka, Z.,(2008) Referees and Coaches*"Together for the betterment of handball "*Vienna / Austria - Publisher: EHF Web Periodical. Consult. 2 de Novembro de 2009. http//www.EHF.com

Mascarenhas DRD, Collins D., Mortimer P. and Morris B. (2005). Training Accurate and Coherent Decision Making in Rugby Union Referees. *The Sport Psychologist*, 19, 131-147.

Mascarenhas DRD, Button C., O'Hare D. and Dicks M. (2009). Physical Performance and Decision Making in Association Football Referees: A Naturalistic Study. *The Open Sports Sciences Journal*, 2, 1-9.

Nevill A. M., Balmer N. J., Williams M. (2002). The influence of crowd noise and experience upon refereeing decisions in football. *Psychology Sport Exercise*, 3, 261-272.

Pedowitz, L., Wachtell, Lipton, Rosen & Katz. (2008). Report to the board of the National Basketball Assotiation.

Philippe, F.L., Vallerand, R. J., Andrianarisoa J., Brunel, P. (2009). Passion in Referees: Examining Their Affective and Cognitive Experiences in Sport Situations. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 31, 77-96.

Plessner, H., & Betsch, T. (2001). Sequential effects in important referee decisions: The case of penalties in soccer. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 23, 254-359.

Price J. and Wolfers J. (2007). Racial Discrimination Among NBA Referees. Paper No. 13206.

Schön, D. A. (1983), The reflective practitioner - how professionals think in action. Consult. 17 de Dezembro de 2009, http://www.sopper.dk/speciale/

Roman Seco, J. D. (2006). Los Inicios del siglo XXI: Evolucion y Tendencias del Juego. e-balonmano.com: *Revista Digital Deportiva*, nº 2, 3 – 20. ISSN 1885 – 7019.

Roman Seco, J. D. (2007a). La evolución del juego de ataque en Balonmano. Revision histórica: El siglo XX. e-balonmano.com: *Revista Digital Desportiva, a*ño/ vol.3, número 004, 47-78.

Roman Seco, J. D. (2007b). La evolución del juego de ataque en Balonmano. Revision histórica: El siglo XXI. e-balonmano.com: *Revista Digital Desportiva, a*ño/ vol.3, número 004, 79-99.

Simmons, P. (s.d.). Tackling Abuse of Officials: Attitudes and Communication Skills of Experienced Football Referees.

Simmons, P. (2007). Fair Call: Player Perceptions of Justice in Football Referee. *Communications, Civics, Industry*- ANZCA2007 Conference Proceedings.

Souchon N., Coulomb-Cabagno G., Traclet A. and Rascle O. (2004). Referees' Decision Making in Handball and Transgressive Behaviors: Influence of Stereotypes About Gender of Players? *Sex Roles*, Vol. 51, Nos. 7/8.

Souchon N., F. Dosseville , Traclet A. and Coulomb-Cabagno G. (2008). Sex of players and injuries in handball: Refereeing influence? *Science & Sports*, 23, 32–34.

Souchon N., Coulomb-Cabagno G., Traclet A. and Rascle O (2009a). Referees' use of heuristics: The moderating impact of standard of competition. *Journal of Sports Sciences* 27(7): 695-700.

Souchon N., Coulomb-Cabagno G., Traclet A., Rascle O., F. Dosseville and Maio, G. (2009b). Referees' Decision Making about Transgressions: The Influence of Player Gender at the Highest National Level? *Psychology of Women Quarterly,* 33**,** 445–452.

Thu K., Hattman K., Hutchinson V., Lueken S., Davis N. and Linboom E. (2002). Keeping the Game Close: “Fair Play” Among Men’s College Basketball Referees. *Human Organization*, Vol. 61, No. 1

Anexo 1 – Questionário – Perfil do Árbitro de Andebol Português

QUESTIONÁRIO – PERFIL DO ÁRBITRO DE ANDEBOL PORTUGUÊS

O presente questionário é constituído por um conjunto de temáticas relativas a aspectos caracterizacionais, e outras, relativas ao seu percurso até ao momento actual, da actividade na arbitragem. Pretende-se obter um conjunto de elementos que permitam sistematizar o perfil do árbitro de Andebol português. As suas respostas serão utilizadas para enriquecer o conhecimento desta realidade, procurando a melhoria de processos de formação e de actuação no contexto da arbitragem. Não existem respostas certas e erradas e todas são de preenchimento obrigatório. Responda p.f. com sinceridade a todas as questões de forma a corresponder à realidade. O questionário demora sensivelmente 15 minutos a ser preenchido. Agradecemos desde já a sua colaboração e garantimos a máxima confidencialidade das respostas.

A - DADOS CARACTERIZACIONAIS

1. Idade *

2. Sexo * Feminino

3. Naturalidade * (Distrito)

4. Associação Distrital de Andebol a que pertence * (Ex: Associação de Andebol de Braga)

5. Habilitações académicas *

- ☐ Ensino básico
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Ensino superior

5.a) Que grau de ensino superior possui: * (Em caso de possuir ensino básico ou secundário p.f. escolha "Outro")

- ☐ Bacharelato
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento
- ☐ Outro

5.b) Em que ramo específico: * (Medicina, engenharia, educação física, letras, etc.)

6. Qual o motivo que o levou a optar pela carreira de arbitragem: * (Breve descrição dos principais motivos)

7. Experiência profissional: * (Actividade profissional principal)

7.a) Há quantos anos exerce essa actividade * (Actividade profissional principal) (arredondados aos 6 meses, ex: 2 anos e 7 meses = 3 anos)

B - FONTES DE CONHECIMENTO

1. Já foi praticante federado de Andebol: *

- Sim
- Não
-

1.a) Durante quantos anos: * (Em caso negativo = 0 anos; em caso afirmativo os anos arredondados aos 6 meses)

2. Já foi praticante federado de outras modalidades: *

- Sim
- Não

2.a) Em que modalidades: * (Em caso negativo digite p.f. "0 anos"; em caso afirmativo, total de anos de prática arredondados aos 6 meses) (Ex: Basquetebol 2 anos, Futebol 3 anos, Natação 1 ano, etc.)

3. Já foi treinador federado de Andebol: *

- Sim

- Não

3.a) Durante quantos anos: * (Em caso negativo = 0 anos; em caso afirmativo total de anos de prática arredondados aos 6 meses)

4. Há quantos anos exerce a função de árbitro: * (anos arredondados aos 6 meses)

4.a) * Com interrupção

5. Qual é a sua graduação actual: * Elite

6. Há quantos anos apita com a sua dupla: * (anos arredondados aos 6 meses)

7. Já teve outra dupla: * Sim

7.a) Em caso afirmativo, diga p.f. quantas: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

8. Que formações específicas de arbitragem possui: (Entidade formadora FPA) * (Referir p.f. a) Ano de formação; b) n.º de horas ou não sabe)

9. Quais as acções de formação que mais o marcaram em termos de arbitragem: * (Referir p.f. a) Ano de formação; b) entidade formadora: FPA, EHF, IHF, outras; c) n.º de horas ou não sabe) (No caso de achar que as acções de formação não foram relevantes para a sua formação p.f. digite "Nenhuma")

9.a) Porquê: * (No caso de achar que as acções de formação não foram relevantes para a sua formação p.f. digite "Nenhuma")

10. Já foi prelector em alguma acção de formação sobre arbitragem: * Sim

10.a) Em caso afirmativo refira p.f.: a) Local; b) nome da formação; c) n.º de horas e d) ano: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

11. Gostaria de ser formador de arbitragem: * Sim

11.a) Em caso afirmativo refira porquê: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

12. Qual o motivo pelo qual continua a querer ser árbitro: *

C - REPRESENTAÇÃO DE COMPETÊNCIA

1. Tem algum árbitro a nível nacional que considere modelo de competência: * Sim

1.a) Indique qual: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

1.b) Está ainda no activo: * Sim

2. Tem alguma dupla a nível nacional que considere modelo de competência: * Sim

2.a) Indique qual: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

3. Tem algum árbitro a nível internacional que considere modelo de competência: * Sim

3.a) Indique qual: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

3.b) Está ainda no activo: * Sim

4. Tem alguma dupla a nível internacional que considere modelo de competência: * Sim

4.a) Indique qual: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

4.b) Está ainda no activo: * Sim

5. O que é para si um árbitro competente: * (Coloque p.f. o que achar pertinente a todos os níveis)

6. Costuma fazer uma análise do seu desempenho: * Nunca

6.a) Em caso afirmativo que meio principal costuma utilizar: * (Em caso negativo p.f. digite "Nunca")

6.a1) Com que frequência: * Nunca

6.b) Em caso afirmativo que meio secundário costuma utilizar: * (Em caso negativo p.f. digite "Nunca")

6.b1) Com que frequência: * Nunca

6.c) Em caso afirmativo que outros meios costuma utiilizar: * (Ex: Análise vídeo, análise com outros árbitros; relatório crítico) (Em caso negativo p.f. digite "Nunca")

6.c1) Com que frequência: * Nunca

7. Procura documentos/ textos sobre arbitragem: * Nunca

7.a) Em caso afirmativo, o que procura quando lê documentos/ textos sobre arbitragem: * (Em caso negativo digite "Nunca")

8. Na sua opinião, quais são os aspectos fundamentais que determinam a evolução de um árbitro: *

9. Na sua opinião, em que difere um árbitro regional de um árbitro de elite: *

10. Atribua uma ordem de importância às seguintes competências de um árbitro: * (Pode ser atribuída a mesma importância a diferentes competências)

	Nenhuma importância	Pouca importância	Indiferente	Alguma importância	Muita importância
Conhecimentos					
Intervenção/ actuação					
Relações interpessoais					
Comportamento ético					

D - PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA

1. Com base na sua experiência, refira quais são as situações que tem mais dificuldade de ajuizar: * (Pode ser atribuída a mesma importância a diferentes itens)

	Muito difícil	Difícil	Razoavelmente difícil/ fácil	Fácil	Muito fácil
Passos					
Jogo Passivo					
Falta atacante					
Sanção disciplinar adequada					
Coerência de actuação					

	Muito difícil	Difícil	Razoavelmente difícil/ fácil	Fácil	Muito fácil
Lei da vantagem					
Progressividade das sanções					
Livre de 7 metros					
Violação da área de baliza					

2. Com base na sua experiência, refira quais são as situações que tem mais dificuldade de ajuizar: (Contexto de jogo) * (Pode ser atribuída a mesma importância a diferentes itens)

	Muito difícil	Difícil	Razoavelmente difícil/ fácil	Fácil	Muito fácil
Ambientes pressionantes					
Jogos decisivos					
Jogos equilibrados					
Más experiências anteriores c/ determinada(s) pessoa(s)					
Importância da competição					
Escalão					
Sexo					

3. Costuma realizar uma preparação específica para os jogos que vai arbitrar: *

Nunca

3.a) Em caso afirmativo para que jogos: * (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Nehum jogo
- ☐ Jogos de determinado escalão
- ☐ Jogo de dificuldade elevada
- ☐ Jogos importantes
- ☐ Jogos internacionais
- ☐ Todos os jogos

3.b) De que forma costuma fazê-lo: * (Ex: Descanso, planos específicos pré-determinados, rotinas, observação de vídeos, etc.)

4. Costuma ver jogos de outras ligas europeias: * Nunca

4.a) Em caso afirmativo, quais e porquê: * (Em caso negativo p.f. digite "Não")

5. Costuma treinar alguns aspectos particulares relacionados com a arbitragem: *
Nunca

5.a) Em caso afirmativo, que aspectos: * (Ex: Treino programado, controlo dos aspectos físicos, técnicas de relaxamento, observação vídeo, observação directa, etc.) (Em caso negativo p.f. digite "Não")

6. Costuma fazer pré-época: * Sim

6.a) Em caso afirmativo, descreva resumidamente o que costuma fazer: * (Ex: Estágio específico, plano de condição física, torneios de preparação, plano nutricional reestruturado, etc) (Em caso negativo p.f. digite "Não")

Muito obrigado pela sua colaboração.